

# Acção Socialista



N.º 1353 SETEMBRO 2010

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.net ■ accaosocialista@ps.pt

## Governo pede esforço adicional para combater o défice



PORTUGAL não pode falhar no cumprimento dos compromissos internacionais, sob pena de perder a sua credibilidade junto dos restantes países da União Europeia e do mundo, de colocar em risco a economia nacional e das famílias, bem como o Estado Social e o nosso modelo de sociedade.

Consciente das suas responsabilidades e com elevado sentido patriótico, o Governo do Partido Socialista, liderado pelo camarada José Sócrates, entendeu ser imperativo dar sinais inequívocos de que o nosso país atingirá os objectivos traçados para 2011, nomeadamente,

reduzir défice orçamental de 7,3 para 4,6%.

Assim, de modo a acabar de vez com as dúvidas dos mercados sobre a capacidade de Portugal corrigir o seu défice, apresentou aos portugueses um novo pacote de medidas de austeridade que visam reduzir a despesa pública em todos os capítulos no valor total de 3420 milhões de euros, equivalente a 2% do PIB, e reforçar a receita do Estado com 1,7 mil milhões de euros adicionais, que correspondem a 1% do PIB.

Apesar de compreender que este esforço suplementar e temporário

afectará as famílias em diversos aspectos da vida, o Executivo sabe que os portugueses entendem que as medidas de austeridade avançadas vão servir para aliviar a pressão sobre a dívida pública nacional e manifesta absoluta determinação em usar todos os meios de que dispõe para alcançar os objectivos orçamentais.

De referir que após este anúncio, que o primeiro-ministro fez pessoalmente, os mercados financeiros reagiram imediatamente baixando os valores dos *spreads* para a nossa dívida.

Página 20

Entrevista  
a Isabel Alçada

“Escola pública garante equidade e igualdade de oportunidades”



Pág. 8 e 9

Debate quinzenal  
PM desafia oposições a assumirem responsabilidades

Pág. 3

Rentrée nacional  
PS reitera compromisso com Estado Social e rejeita crises artificiais

Pág. 4

Colaboram nesta edição:

Luís Pita Ameixa  
Luís Miguel Ferreira  
Bravo Nico  
Rui Pedro Barreiro  
Maria Manuela Augusto

Suplementos  
Europa  
Jovem  
Socialista



PS

ELEIÇÕES FEDERATIVAS 2010

8 E 9 DE OUTUBRO

FORÇA  
DO PROGRESSO

## OPINIÃO



**LUÍS PITA AMEIXA**  
Deputado à Assembleia da República

*A Constituição é, na verdade, uma lei. Porém de valor superior a todas as outras e sua matéria-prima. É a mãe de todas as leis*

## CONSTITUIÇÃO PORTUGUESA. A SEXTA

ESTE ano político começa marcado, entre outros, pelo tema da revisão constitucional.

Isso justifica que os socialistas acompanhem com a maior atenção o assunto, estejam plenamente informados sobre a matéria, e que reflitam sobre o conteúdo e alcance da nossa constituição política.

E, assim, que participem no debate, que deve existir entre nós.

Neste sentido, uma série de artigos, que irão sendo publicados no jornal 'Acção Socialista', procurarão divulgar essa temática junto dos socialistas, seus leitores.

Um primeiro enquadramento deve, obviamente, situar a questão.

Tudo começa em 1820.

Até aí Portugal vivera sob monarquia absolutista.

Nesse antigo regime, o Rei constituía-se como senhor soberano sobre tudo – as pessoas, as coisas, o Estado.

A revolução de 1820 veio impor um regime constitucional, pela primeira vez, no nosso país.

É eleita uma assembleia representativa dos cidadãos – o primeiro Parlamento – que elabora uma lei básica de organização política da Sociedade – a primeira Constituição (1822) – que define os vários poderes do Estado (deliberativo, executivo, judicial) e a sua rigorosa separação.

A partir daí todos devem obediência à lei, inclusivamente o rei.

Este só é aceite na medida em que jura submeter-se à Constituição, cabendo-lhe apenas os poderes que a Constituição estipula, mas já não de soberano.

Agora o soberano é a Nação, o povo representado no Parlamento, e que diz a sua vontade por intermédio de leis.

A Constituição, portanto, é a lei básica de organização da sociedade, que define a estrutura e funcionamento do poder político, é também a carta de direitos e deveres dos cidadãos, individualmente considerados ou em organizações colectivas.

A Constituição é, na verdade, uma lei. Porém, de valor superior a todas as outras e sua matéria-prima. É a mãe de todas as leis.

Todas as outras (chamadas leis ordinárias) têm de se integrar na letra e no espírito da Constituição, respeitá-la em todos os pontos, desenvolvê-la, mas sem a ultrapassar, nem a violar.

Ficámos então numa monarquia diferente. Uma monarquia constitucional.

Podemos dizer que tal constituía, à época, uma democracia e que, com a Constituição de 1822, se constituiu a nossa primeira democracia.

Daí para a frente ainda houve pequenos períodos de regresso ao absolutismo, com D. Miguel, e esporádicos períodos revolucionários, de que não cabe agora falar, mas, basicamente, passámos a viver sob regimes constitucionais.

Até agora, já tivemos seis constituições.

A de 1822, primeira, liberal, democrática.

A de 1826, chamada 'Carta Constitucional' porque foi inicialmente estabelecida, não pelo Parlamento, mas pelo rei, o liberal D. Pedro IV, que assim se auto-limitou.

Esta Constituição foi a que mais tempo vigorou em Portugal, pois, após pequenos períodos iniciais, acabou por durar, ininterruptamente, de 1842 até à República, em 1910, ainda que com quatro revisões importantes, então chamadas actos adicionais.

Houve ainda uma terceira Constituição, de 1838, mais radical e, digamos assim, esquerdista, à razão da época, nascida da revolução setembrista, mas que vigorou pouco tempo.

Depois, com a revolução do 5 de Outubro, vem a Constituição de 1911, republicana, que vigora até 1926.

A Constituição de 1933, do chamado Estado Novo, salazarista, tem a particularidade de ter sido adoptada por plebiscito, portanto sujeita à votação do universo eleitoral, mas com a determinação de que as abstenções contavam como votos a favor.

Em sexto lugar, temos a actual Constituição de 1976, saída da revolução de 25 de Abril de 1974, e que já conheceu, até hoje, sete revisões constitucionais, estando, agora, na iminência de uma oitava.

Destas todas, em quase duzentos anos, só a Constituição de 1933 não foi uma Constituição democrática.

Por isso, talvez possamos afirmar, afinal, e ao contrário do que muitas vezes se houve por aí, que o nosso país tem, na verdade, uma tradição democrática.

## INICIATIVA

# Secretariado Nacional PS acusa PSD de querer acabar com o Estado Social

J. C. CASTELO BRANCO

A ÚNICA e principal motivação que está na génese do projecto do PSD de revisão constitucional é colocar em causa o Estado Social, acusou o líder parlamentar socialista, Francisco Assis, no final de uma reunião do Secretariado Nacional do PS, realizada no dia 14, na sede nacional, onde se fez uma apreciação "muito crítica" das propostas avançadas pela nova direcção laranja.

"Combateremos vigorosamente esta tentativa de refundação constitucional do PSD", disse Francisco Assis, porque, salientou, o projecto daquele partido de revisão da Lei Fundamental "concentra-se num único objectivo: deixar cair o Estado Social".

Na conferência de Imprensa, no Largo do Rato, o líder da bancada socialista denunciou que "o PSD deixa cair no seu projecto tudo o que tinha a ver com propostas de alteração do sistema político, concentrando-se no objectivo de pôr em causa o Estado Social em Portugal. Essa é verdadeiramente a única motivação do PSD, ainda por cima feita com pouca transparência, procurando deliberadamente iludir os portugueses".

Francisco Assis frisou ainda que o ataque do PSD ao Estado Social atinge a área das relações laborais e a protecção dos direitos dos trabalhadores.

"Pura e simplesmente, o PSD propõe que seja revogada a proibição do despedimento sem justa causa, que é nuclear em matéria de protecção dos direitos dos trabalhadores. O PSD visa apenas liberalizar o despedimento individual", referiu.

Segundo Assis, o projecto de revisão constitucional do maior partido da oposição "pôr em causa o Serviço Nacional de Saúde,



assim como o pilar fundamental da escola pública", aproveitando a crise internacional "para pôr em causa o Estado Social em Portugal".

Por tudo isto, concluiu o presidente do Grupo Parlamentar socialista, "o PSD não contará com o PS para uma verdadeira refundação da Constituição em matérias tão importantes como aquelas que têm a ver com a preservação do Estado Social".

"Estamos dispostos a participar em todos os debates sem qualquer tipo de preconceitos, mas não aceitamos participar nos debates renunciando às nossas convicções e compromissos perante os portugueses", frisou.

### Criado grupo de trabalho para a revisão constitucional

Entretanto, na reunião do Secretariado Nacional foi decidido designar o dirigente socialista Pedro Silva Pereira para coordenar o grupo de trabalho do nosso partido para a revisão constitucional, que terá no total dez elementos.

Francisco Assis referiu que o grupo de acompanhamento da revisão constitucional será coordenado na Assembleia da República pelo dirigente Vitalino Canas.

"O grupo de trabalho do PS para a revisão constitucional começará a trabalhar imediatamente", acrescentou.

### Fernando Medina é o novo porta-voz

O Secretariado Nacional deliberou ainda nomear para novo porta-voz do PS o camarada Fernando Medina, actual secretário de Estado Adjunto, da Indústria e do Desenvolvimento do XVIII Governo Constitucional. Fernando Medina, um dos mais talentosos jovens quadros do partido, foi secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional, de 2005 a 2009, no anterior Governo de José Sócrates.

Fernando Medina substituiu João Tiago da Silveira que desempenhou estas funções até à sua nomeação para secretário de Estado da Presidência.

**Regularize as  
suas quotas**

### Valores aplicáveis somente a partir de 2008:

#### Quota mínima

Semestral .....6€  
Anual .....12€

#### Quota suplementar

(Inclui "Acção Socialista")  
Semestral ...12€  
Anual .....24€

### As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em cheque;
2. Transferência bancária

Conta: Millennium BCP  
PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873  
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132  
REFERÊNCIA 0000...+ N.º DE MILITANTE  
(total de 9 dígitos)  
MONTANTE Quota mínima (Semestral - 6€, Anual - 12€)  
Quota suplementar (Semestral - 12€, Anual - 24€)

# Sócrates desafia oposições a assumirem responsabilidades

Tomadas as medidas “necessárias para dissipar qualquer dúvida sobre o cumprimento do objectivo orçamental de 2010” e aprovadas as orientações fundamentais para o Orçamento de 2011, a questão-chave agora é a da “responsabilidade política”, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, na abertura do debate quinzenal – o primeiro da segunda sessão legislativa –, ocasião em que advertiu às oposições que é altura de fazerem as suas escolhas e de assumirem as suas responsabilidades.

MARY RODRIGUES

NUM debate subordinado ao tema das “orientações de política económica e das finanças públicas”, realizado um dia depois do Governo ter aprovado um conjunto de medidas de redução do défice com efeitos já para este ano e para 2011, o primeiro-ministro disse que dois terços do esforço de consolidação orçamental será feito pelo lado da descida da despesa.

Segundo Sócrates, o Executivo fez “uma opção política clara” ao “incidir a maior parte do esforço do lado da redução da despesa pública, com sentido de justiça e sem pôr em causa o Estado social”.

Até porque, sustentou, “um terço virá, como é correcto, da melhoria da receita fiscal”.

Desmontando as teses da oposição de esquerda, o líder do Executivo advogou que ter optado confortável e popularmente por não consolidar as contas públicas seria catastrófico para o país, porque “colocaria Portugal em contra ciclo da União Europeia, colocaria a dívida portuguesa à mercê dos ataques especulativos e afundaria a confiança dos agentes económicos”.

Quanto à oposição de direita, Sócrates acusou-a de pretender como alternativa “enfraquecer o Estado Social”.

Após fazer um aviso às oposições sobre as condições políticas para a viabilização da proposta de Orçamento do Estado para o próximo ano, sublinhou que “é agora tempo de cada força política fazer a sua escolha e assumir as responsabilidades pelas consequências dessa escolha” numa conjuntura de “grande exigência”.

E defendeu ainda que o conjunto de medidas tomadas pelo Governo representa “um esforço temporário”.

“Os portugueses compreendem bem a necessidade e a urgência das medidas que tomámos. Cabe-nos a nós, agentes políticos, saber compreender com igual sentido de responsabilidade, pondo de lado cálculos de circunstância”, afirmou.

Durante o debate, o primeiro-ministro acusou o PSD de não saber como votar a proposta de Orçamento do Estado para 2011 e de prejudicar o país com a sua incerteza.

Desafiou, assim, o principal partido da oposição a esclarecer de que lado está, se do lado da responsabilidade ou do lado do cálculo político.

Questionado pelo PSD sobre a justificação para as novas medidas de austeridade, o primeiro-ministro começou por responder que a informação relativa à execução do Orçamento do Estado para 2010 é pública, está no boletim da Direcção-Geral do Orçamento, e aponta para “receitas muito acima do orçamentado” e “despesa dentro do padrão de segurança”.

Sócrates afirmou depois que “estes são tempos de incerteza internacional”, em que “evoluíram muito negativamente os mercados internacionais”, marcados pela “dificuldade que todas as instituições financeiras tem no acesso ao seu financiamento”.

## Eliminar incertezas

Com as medidas anunciadas no dia 29 de Setembro o Governo quis “eliminar todas as incertezas que pairaram sobre a execução orçamental de 2010 e eliminar todas as incertezas que algumas agências internacionais tinham sobre a determinação do Governo e a determinação da comunidade nacional em fazer face aos desafios exigentes do ponto de vista orçamental”, acrescentou Sócrates.

A propósito da interrogação do líder do CDS-PP quanto à intenção do Executivo de manter a prioridade ao TGV ao mesmo tempo que aplica medidas de austeridade, Sócrates lembrou que em 2003, “ano de recessão”, Paulo Portas decidiu comprar dois submarinos.

“A despesa extraordinária dos submarinos vai ter que ser paga agora com receitas extraordinárias e essa é uma realidade que pesa sobre o Orçamento. Qual é a autoridade que tem para pedir o adiamento do TGV quando em ano de recessão decidiu comprar dois



submarinos?”, replicou José Sócrates, acrescentando que a câmara estava informada do adiamento do troço Poceirão-Lisboa, “até que esse projecto tenha condições de financiamento asseguradas nos mercados financeiros”, até porque, ressaltou, o Governo “não vai desistir dos projectos de modernização da economia”.

Sobre as propostas “populares” de cortes no aparelho do Estado, Sócrates lembrou Portas que as medidas que este propunha para cortar na despesa “estão adoptadas”, criticando o facto do líder do CDS-PP “andar à caça de votos e à procura da popularidade fácil”.

Já ao secretário-geral do PCP recordou que o sector financeiro vai passar a dar “uma contribuição ao Estado” para melhorar a capacidade de resposta numa crise financeira, com a criação de um imposto sobre o passivo dos bancos, que ocorre no país “nas mesmas circunstâncias em que está a ser criado na Alemanha, França e Inglaterra”.

Depois, condenou a postura comunista por ceder ao facilitismo de aproveitar politicamente medidas necessárias, mesmo que exigentes e impopulares, em vez de propor uma alternativa.

A Francisco Louçã, do Bloco de Esquerda, que considerou “um mistério” os 2600 milhões de euros de receitas extraordinárias provenientes da incorporação do fundo

de pensões da PT no Estado, José Sócrates apontou que as contas bloquistas “não estão correctas quanto à receita não fiscal”, garantindo ser esta “muito superior” ao citado e que, para além dos dois submarinos – que admitiu entrarem nas contas de 2010 – o Governo deseja “terminar com as dúvidas e incertezas dos agentes económicos internacionais quanto à capacidade do país para chegar ao fim do ano com 7,3 de défice”.

## Sem virar a cara à luta

No final do debate, o líder do Executivo assegurou que está no Governo para cumprir o seu dever.

“Nunca virei a cara à luta” disse, afirmando compreender as intenções “daqueles que gostam apenas de gestos dramáticos”.

Sócrates reclamou-se herdeiro de uma “esquerda histórica” que “sempre melhorou as condições sociais e reduziu as injustiças”.

“Antes de mim, já estive aqui Mário Soares, em 77 e em 1983 e a ouvir o mesmo que ouvi e, nessa altura, esse primeiro-ministro fez aquilo que devia, em nome do interesse geral, de um projecto de sociedade, não em termos retóricos, mas em termos de responder a uma realidade, melhorando-a”, rematou, lamentando que o debate quinzenal tenha ficado marcado pelo “tabu” e pelas “hesitações” do PSD

em relação ao Orçamento para 2011, dado que este clima de incerteza é negativo para Portugal.

O primeiro-ministro foi aplaudido de pé pela bancada do PS, cujos deputados tinham-se igualmente levantado para aplaudir o líder parlamentar, Francisco Assis, que elogiou a coragem de estadista do primeiro-ministro em assumir as novas medidas de austeridade e garantiu a Sócrates poder contar com a “inteira e absoluta solidariedade” dos deputados do PS.

Durante a sua intervenção, Assis exortou o PSD a assumir as suas “responsabilidades” e viabilizar o Orçamento do Estado.

“Um partido com a circunstância de perder eleições não fica com o mesmo grau de responsabilidade, não forma governo, mas em circunstâncias como esta tem que dar o seu contributo para a resolução dos problemas com que o país se depara”, afirmou Francisco Assis.

Por outro lado, lamentou o “tom e a linguagem” usados pelo líder parlamentar laranja, Miguel Macedo, que no início do debate acusou o primeiro-ministro de ser “politicamente imputável”.

Francisco Assis referiu, ao concluir a sua intervenção, que “do PSD espera-se que dê um contributo sereno e sério” para que, com o PS, possa percorrer “caminhos de convergência que permitam aprovação do Orçamento do Estado”.

Rentrée nacional em Matosinhos

# PS reitera compromisso com Estado Social e rejeita crises artificiais



**Neste tempo de “desafios exigentes para todos os governos no mundo”, o secretário-geral do PS, José Sócrates, defendeu que “a escolha que hoje está colocada aos portugueses é entre defender ou atacar o Estado Social”. Por isso, adiantou, irá forçar o debate em torno das propostas de revisão constitucional do PSD, porque “não é aceitável” querer agora “esconder agendas políticas e ideológicas”. Em relação ao próximo Orçamento de Estado, disse que o PS está disponível para “um diálogo aberto e claro”, mas não para “ultimatos e crises artificiais”.**

J. C. CASTELO BRANCO

FALANDO no comício de “rentrée” em Matosinhos, considerado unanimemente o maior de sempre do PS, que decorreu sob o lema “Força do Progresso”, José Sócrates referiu ser “extraordinário” que aqueles que fizeram da revisão constitucional “o alfa e ómega estejam agora apenas interessados em esconder e em retirar da agenda esse tema, mas não há como fugir a esse debate”.

“Quando se propõe a liberalização do despedimento individual, quando se propõe o fim do Serviço Nacional de Saúde (SNS) tendencialmente gratuito e quando se propõe a eliminação da obrigatoriedade do Estado em manter uma rede de escolas públicas, estamos perante um verdadeiro manifesto contra o Estado Social”, considerou o líder socialista.

Num discurso em que caracterizou o PS como “o partido da responsabilidade política”, a quem

“o povo renovou o mandato para governar Portugal” e que “sabe que a situação política exige sentido de convergência, diálogo e compromisso”, em vez de “instabilidade” e de “extremismos”, José Sócrates disse não estar a exagerar quando entende que o projecto do PSD tem uma visão “que rompe com o modelo social que tem orientado as sociedades europeias”.

E isto porque, sublinhou, “quando se propõe a liberalização do despedimento individual, o fim do serviço nacional de saúde tendencialmente gratuito e a eliminação da obrigatoriedade do Estado em manter uma rede de escolas públicas – aquilo de que estamos a falar é de um manifesto contra o Estado Social”.

Neste contexto, considerou que “essas propostas têm de ser discutidas e não há como evitar o debate, porque estamos perante questões sérias demais para poderem ser disfarçadas, iludidas ou escondidas. E sendo essas questões importantes,

o dever das lideranças políticas é discuti-las”.

Sócrates considerou ainda que, ao contrário do que alguns pretendem fazer crer, o projecto do PSD “não foi um erro tático, porque se há nele alguma coisa de errado é de substância, o conteúdo”.

No seu discurso, o líder socialista reiterou que “o Estado Social é um pilar estruturante da democracia, acrescentando, de seguida, que “deve ser reforçado, não fragilizado”. Por isso, acrescentou, “somos a favor de um Serviço Nacional de Saúde moderno, universal e tendencialmente gratuito, uma Segurança Social pública e uma escola pública de qualidade, aberta a todos”.

Mas também, adiantou, o PS é a “favor de uma legislação laboral adequada, que favoreça a adaptabilidade das empresas, a sua flexibilidade, mas que também proteja os direitos dos trabalhadores”. E fez questão de realçar que esta matéria “é tão importante” que é preciso não haver “a mínima ambiguidade”.

No entender de José Sócrates, “a proibição do despedimento sem justa causa é um valor essencial nas relações”, pelo qual, lembrou, “várias gerações de portugueses lutaram”.

## Moderação e não radicalismo

Por outro lado, o também primeiro-ministro afirmou que se há matéria em que é necessário ter “uma atitude clara e demonstrar sentido de responsabilidade”, ela é a

da “consolidação das contas públicas e o crescimento da economia e do emprego”, esperando de todas as forças políticas “a disponibilidade para uma atitude séria na discussão e aprovação do Orçamento de Estado para 2011”.

Neste contexto, afirmou que “ninguém pretenda irresponsavelmente fazer o debate orçamental o pretexto para uma crise política”, a qual, frisou, teria consequências “profundamente negativas para o interesse nacional”. E acrescentou que é preciso “responsabilidade e não imaturidade, moderação e não radicalismo”.

E quanto ao diálogo em torno do Orçamento, Sócrates defendeu que este deve ser, desde logo, “aberto e claro, conduzido de boa-fé e empenhado a chegar a um acordo. E não um diálogo conduzido nos jornais, porque nenhum partido responsável conduz uma negociação sobre o Orçamento de Estado através da Comunicação Social”.

No quadro de um Orçamento orientado para o controlo da despesa, incluindo a redução das deduções fiscais, o líder do PS reiterou a intenção de corrigir uma injustiça que favorece os cidadãos com mais altos rendimentos.

“Aqueles que utilizam os benefícios fiscais recorrem tanto mais a esses benefícios quanto maior o rendimento que possuem. E esta é sem dúvida uma injustiça do nosso sistema fiscal que o PS quer legitimamente corrigir”, disse.

Ainda em relação ao Orçamento de Estado para 2011, José Sócrates avisou que “se há aí algum respon-

sável político que não queira estar à altura dos compromissos internacionais assumidos por Portugal, se quer arrastar o país para uma crise política, então que o diga aos portugueses e que assumam essa responsabilidade”.

E acrescentou que nenhuma força política pode contar com o PS “para alinhar em simulacros e fingimentos”, nem para “ultimatos e crises artificiais” e, sobretudo, “ninguém pode contar com o PS para não cumprir os compromissos internacionais ou para pôr mesquinhos cálculos eleitorais à frente do interesse nacional”.

## Alegre tem visão progressista para o país

No seu discurso, Sócrates referiu que o PS é uma “força de progresso” que intervém em todos os momentos da vida pública do país e intervirá também nas eleições presidenciais, onde apoiará a candidatura de Manuel Alegre, porque “representa uma visão progressista para Portugal”.

Mas, frisou, “esta não é uma candidatura do PS, mas sim uma candidatura apoiada pelos socialistas, porque nós não instrumentalizamos as candidaturas presidenciais. As candidaturas presidenciais não têm tutelas partidárias seja se que partido for”.

Por quererem o “melhor para Portugal”, os socialistas apoiam Manuel Alegre na sua candidatura a Belém, sustentou o secretário-geral do PS.

FRANCISCO ASSIS

## Conciliar crescimento e redução do défice



A ANTECEDER o discurso de José Sócrates, interveio o líder parlamentar do PS, Francisco Assis, que afirmou que conciliar crescimento económico com redução do défice é o grande desafio do Orçamento de Estado para 2011 que o Governo vai apresentar, sublinhando, a propósito, num recado ao PSD, que “em democracia nada se pode discutir na base de um ultimato, porque a democracia é o regime da convergência e do diálogo frutuoso”.

Assis reafirmou a “disponibilidade” do PS para “um entendimento sério, sempre fiéis ao compromisso democrático”, mas avisou que “ninguém nos poderá pedir que renunciemos a sermos nós próprios, que rasguemos o contrato que fizemos com o país”.

É que, recordou, “há menos de um ano o PS ganhou as eleições e tem a responsabilidade de governar o país”.

“Estamos totalmente disponíveis para dialogar, mas não sob a forma de ultimatos, não com imposições, ainda por cima de quem perdeu as últimas eleições legislativas”, frisou.

No que respeita à próxima revisão constitucional, o presidente do Grupo Parlamentar socialista, depois de lembrar que este processo precisa de uma maioria de dois terços para ser aprovado, afirmou veementemente que qualquer projecto que “ponha em causa os princípios do Estado Social está votado ao insucesso, porque jamais contará com os votos dos deputados do PS”.

Assis também não poupou nas críticas ao PCP e BE, que disse representarem “uma extrema-esquerda obsoleta, fechada no tempo, com uma agenda política oportunista, que não vê as diferenças entre PS e PSD”, nomeadamente na questão da defesa do Estado Social.

“Os socialistas pretendem revalorizar o papel essencial do Estado, ao contrário da direita que nunca gostou muito deste Estado Social”, disse, acrescentando que “o Estado liberta onde as forças do mercado, por vezes, oprimem”. E salientou que “a luta dos socialistas é pela construção de uma sociedade mais decente, ou seja, uma sociedade mais justa”.

A terminar a sua intervenção, referiu ainda a “honra extraordinária” que tem em dirigir a bancada socialista com um Governo chefiado por José Sócrates, que “é um líder com força, determinação e coragem para enfrentar os tempos difíceis e de dificuldades que vivemos, em nome de uma missão”.

HELENA ANDRÉ

## Os extremos tocam-se

A MINISTRA do Trabalho e da Solidariedade Social, Helena André, fez um discurso em que arrasou as teses de toda a oposição, desde a direita, defensora do “Estado mínimo”, à extrema-esquerda, “que tem horror a qualquer reforma”, para concluir que “os extremos tocam-se”.

À direita, designadamente no PSD, disse a também dirigente socialista, “assiste-se a um populismo desnorteado, falta de rumo e uma deriva liberal”, consubstanciada, na sua opinião, em propostas como “a diminuição das contribuições para a Segurança Social, o refazer do programa Novas Oportunidades, a renovação ilimitada dos contratos a termo certo e a substituição do conceito de justa causa pela razão atendível, que geraria no país o maior foco de estabilidade nas relações laborais e constituiria uma enorme regressão social”.

Helena André disse, por outro lado, que o PCP e o BE, que “estão sempre a acusar o PS de não lutar contra a precariedade”, não tiveram qualquer pejo em votar contra o Código do Trabalho e o Código Contributivo, “instrumentos fundamentais na luta contra a precariedade”.

Ao contrário das oposições, Helena André afirmou que apesar dos constrangimentos económicos e sociais que a primeira crise global do mundo moderno tem gerado, “o PS vai à luta, toma decisões e defende o Estado Social”.

A dirigente socialista referiu que o PS é o partido que melhor faz a síntese entre “equidade social e eficiência económica”, que “mais tem contribuído para reduzir a pobreza no nosso país” e que “está em condições de construir um país mais justo, com mais riqueza e melhor distribuída por todos”.



RENATO SAMPAIO

## PSD com “apagões” de memória e passos atrás



O PRESIDENTE da Federação do Porto, Renato Sampaio, subiu à tribuna com um discurso empolgante em que demarcou de forma clara as diferenças que separam o PS, que “tem um rumo para fazer de Portugal um país mais solidário, mais moderno e com mais igualdade para todos”, do PSD, que tem “apagões e ataques de amnésia”, procurando assim esconder as suas propostas mais polémicas.

“Para o PSD, a construção de um projecto faz-se ao sabor dos factos e não com base em convicções. No comício do Pontal, o PSD esqueceu-se da sua prioridade na revisão constitucional, mas ameaçou a estabilidade política em Portugal”, acusou Renato Sampaio, referindo que, ao invés, o PS sabe que “o futuro não se constrói com pequenos passos, mas sim com ambição, determinação e convicção”.

Por isso, frisou, “o PS não desiste das suas convicções de defesa da escola pública, da protecção social pública, do Serviço Nacional de Saúde, dos projectos de modernização do país e de reforma da administração do território”, afirmou.

PEDRO ALVES

## Transformação à esquerda

Em Matosinhos, “terra socialista por excelência” como lhe chamou Pedro Alves, outro dos oradores da “rentrée”, o secretário-geral da JS afirmou que a “transformação do país à esquerda

passa pela defesa de um ideal de Abril – o Estado Social”.

Na sua intervenção, Pedro Alves fez a defesa calorosa da escola pública, “que cria igualdade de oportunidades”, dos estágios profissionais para jovens, “que quebra o círculo vicioso que os afasta do primeiro emprego”, do Serviço Nacional de Saúde, “que, entre outros aspectos, reduziu drasticamente os números da mortalidade infantil”.

E referiu que quando o líder do PSD defende “a liberdade de escolha” na saúde, tal não passa de “uma falsa escolha”, que apenas favorece os portugueses com mais meios económicos. E defendeu que “sem uma forte intervenção pública não vamos lá”.

Para o secretário-geral dos jovens socialistas, “o líder do PSD anunciou ao que vinha, que era deitar fora os princípios constitucionais do Estado Social, mas agora está arrependido, porque caiu nas sondagens e percebeu que os portugueses não se revêem nas suas propostas”.



GUILHERME PINTO

## Modernizar Portugal



O ANFITRIÃO e primeiro orador da “rentrée”, o presidente da Câmara de Matosinhos, Guilherme Pinto, começou por defender que “quando há tempestade não se confia o leme a qualquer um, só a homens com muita coragem que saibam fazer chegar o navio a bom porto”. E é por esse motivo, disse, “que os portugueses confiam o leme a José Sócrates, pela sua tenacidade, energia inesgotável e vontade inquebrantável em acreditar ser possível fazer de Portugal um país moderno, com um grande salto em direcção ao desenvolvimento e bem-estar”.

Depois de referir que “Matosinhos é uma das terras mais socialistas de Portugal”, o camarada Guilherme Pinto teceu rasgados elogios aos governos de José Sócrates, sustentando que “há um antes e um depois em Portugal” em sectores como educação, “onde há uma escola pública melhor”, a saúde, “onde se assiste a uma revolução silenciosa”, na Segurança Social, “onde se multiplicaram os equipamentos sociais”, na modernização do Estado, “onde se simplificou a vida dos cidadãos”, na energia, no turismo e nas comunicações.

Na parte final da sua intervenção, o autarca de Matosinhos fez ainda uma saudação muito especial ao presidente do partido, Almeida Santos, presente na primeira fila, que disse ser “um exemplo de coragem e entrega ao serviço público” e deixou um apelo à mobilização dos militantes socialistas para os próximos tempos: “Por mais inquebrantável que seja a vontade de José Sócrates, por mais inesgotável que seja a sua energia, ninguém faz um país sozinho”, disse.

J. C. CASTELO BRANCO

Rentrées distritais

# Sócrates denuncia proposta extremista do PSD de revisão constitucional



O GOVERNO não vai trocar o apoio ao Orçamento do Estado para 2011 pela anuência às propostas de revisão constitucional do PSD, reiterou José Sócrates, no comício, em Mangualde, de abertura do ano político da Federação socialista de Viseu, onde classificou o projecto de revisão da Lei Fundamental do maior partido da oposição como “o mais radical e mais extremista do ponto de vista ideológico alguma vez apresentado no nosso país”. E, por isso, adiantou,

“Se há para aí alguém no PSD que pensou que podia fazer uma negociação com o Partido Socialista trocando a revisão constitucional por qualquer apoio para um qualquer Orçamento do Estado, desengane-se, porque nós não trocamos o Serviço Nacional de Saúde, nem o sistema público de educação, nem a liberalização dos despedimentos por nenhum apoio, por mais importante que ele seja”, disse o líder do PS.

O primeiro-ministro considerou que o projecto de revisão da Constituição apresentado pela direcção laranja de Passos Coelho “é tão extremista do ponto de vista ideológico que merece ser

discutido e o PSD não vai fugir a esse debate”, sustentando que “as ameaças de crise” vindas da Buenos Aires têm como objectivo fazer esquecer o projecto, que não resistiu a três semanas de debate político e à primeira sondagem. Por isso, adiantou, o PSD está a “perder credibilidade”.

No seu discurso, interrompido várias vezes pelos fortes aplausos dos milhares de militantes e simpatizantes presentes em Mangualde, José Sócrates elencou as principais malfetorias contidas na proposta do PSD de revisão da Lei Fundamental, uma das quais, disse, é querer acabar com o Serviço Nacional de Saúde universal e tendencialmente gratuito.

“É extraordinário que o Presidente dos Estados Unidos da América faça uma reforma para criar um serviço nacional de saúde, e haja aqui uma força política com uma proposta do passado”, salientou, acusando o PSD de pretender um serviço “apenas para os mais desfavorecidos em que os outros recorrem a serviços mais sofisticados no sector privado da saúde”. Ou seja, explicou o líder do PS, “em que só os mais ricos e poderosos podem ter acesso à

modernização científica na área da saúde”.

No que respeita ao plano laboral, José Sócrates acusou o PSD de ter como objectivo colocar na Constituição uma norma que permita “despedir de forma injusta, desde que haja uma razão atendível”.

E criticou ainda o PSD por “querer acabar com a escola pública” e com a igualdade de oportunidades que promove, assim como de propor o fim da progressividade dos impostos. “A proposta pretende eliminar o artigo 104 da nossa Constituição, que prevê que os que mais ganhem paguem mais impostos e os que menos ganham paguem menos. É assim que se constrói a justiça fiscal”, sublinhou.

Por outro lado, no seu discurso, o primeiro-ministro reafirmou que o controlo das contas públicas e a modernização do país são as prioridades do Governo, realçando também a aposta que tem sido feita na educação e ciência, nas novas tecnologias, nas energias renováveis e na saúde.

Sócrates sublinhou ainda que cem novas escolas vão abrir logo no início do novo ano lectivo

e que estão em construção seis novas barragens e seis novos hospitais.

## Socialistas em defesa da estabilidade

Antes de José Sócrates, discursou o presidente da Federação de Viseu, José Junqueiro, que reafirmou a determinação dos socialistas em enfrentarem desafios e contribuir para a estabilidade e desenvolvimento sustentado do país, tecendo duras críticas à postura do líder do PSD e dos partidos alegadamente mais à esquerda do PS, como o PCP e o Bloco de Esquerda.

“Recentemente, a sul do país, fez-se, mais uma vez, a passos largos, o anúncio de uma crise, porque o PSD não sabe dizer outra coisa. Mas, nós aqui, socialistas do distrito de Viseu, tudo faremos para evitar essa crise, mas não temos medo do combate político e estamos ao lado do secretário-geral e primeiro-ministro e do Governo para fazer aquilo que tem de ser feito”, disse.

José Junqueiro afirmou ainda que “o PCP e o BE falam, por vezes, em nome dos trabalhadores,

como se estes fosse propriedade sua”, mas, sublinhou, “a verdade é que o principal adversário destes dois partidos é o PS, o que mais desejam é derrotar o nosso partido e viabilizar a chegada ao poder da direita. E a isso temos de dizer não”.

Já João Azevedo, presidente da Câmara de Mangualde, o mais jovem autarca socialista, como fez questão de salientar Junqueiro, centrou a sua intervenção no elogio “aos compromissos cumpridos” que “honram” o primeiro-ministro em relação ao concelho, como o Centro Escolar, a Unidade de Saúde Familiar, a Unidade de Cuidados Continuados, a habitação social, o novo quartel da GNR. “Tudo isto marca o seu compromisso e a sua identidade perante os mangualdenses e os viseenses”, disse.

O autarca socialista manifestou ainda a sua satisfação, no âmbito do plano energético, pela concretização da barragem Girabolhos, um projecto pelo qual, disse, “esperámos 50 anos”. E referiu que “a confiança, a determinação e a responsabilidade do primeiro-ministro são ímpetus que queremos seguir”. J. C. C. B.

## ALGARVE APOSTA EM MELHORAR A MOBILIDADE

NO CONVÍVIO realizado em Faro, Miguel Freitas anunciou que o grande desafio do PS/Algarve para os próximos anos será revolucionar o panorama dos transportes públicos na região.



Num discurso marcado pelo optimismo e por propostas concretas, apesar de reconhecer que “este não é um tempo de facilidades, mas de mostrar capacidade de resistência”, o líder dos socialistas algarvios assumiu como um dos grandes compromissos da agenda do PS para a região a criação de uma Entidade Regional de Transportes, garantindo que este é um projecto em que os deputados algarvios do partido estão a trabalhar com o Governo.

E destacou que “este ano a região trabalhou bem e foi bom o verão algarvio”.

“Bem podemos dizer que o Algarve resiste, apesar daqueles que já estavam dispostos a desistir”, disse Miguel Freitas, defendendo a criação de um “bom plano de mobilidade e transportes públicos” para uma região que dá sinais de recuperação económica, com o sector turístico a registar subidas das taxas de ocupação, sobretudo nas unidades hoteleiras de quatro e cinco estrelas, na sequência de uma forte aposta na requalificação da oferta.

O deputado eleito pelo Algarve aproveitou também este encontro no Largo da Pontinha, onde estiveram reunidos cerca de um milhar de militantes e simpatizantes do PS, para exigir do Governo rapidez na concretização do mapa judiciário no distrito de Faro e mais e melhores políticas activas de emprego.

Apointando para a necessidade de se criarem programas regionais de qualificação e emprego para regiões com maiores níveis de desemprego, como o Norte e o Algarve, Miguel Freitas considerou que “é preciso arrancar urgentemente com programas-piloto”.

Depois, o dirigente regional responsabilizou os partidos à direita e à esquerda do PS por promoverem a instabilidade e fomentarem a ameaça de uma crise política.

A terminar, realçou a importância das próximas eleições presidenciais para derrotar a estratégia da direita.

Um “ponto de partida” que marcará o próximo grande combate no Algarve, onde, garantiu, o PS “estará profundamente empenhado” na candidatura de Manuel Alegre, sem monopolização nem ataques aos “que cá estão”, mas mantendo sim a “sobriedade”.

## CHAVES MOBILIZADO PARA OS COMBATES POLÍTICOS

EM CHAVES, a Concelhia socialista assinalou também o início de mais um ano político com um encontro de cerca de centena e meia de militantes e de dirigentes nacionais, distritais e locais.



Na ocasião, em que estiveram presentes de Francisco Assis, líder da bancada parlamentar socialista na Assembleia da República, Júlio Montalvão Machado, fundador do partido e seu militante nº 10, Alexandre Chaves, governador civil do distrito de Vila Real, Rui Santos, presidente da Federação de Vila Real, Brigitte Bazenga, presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Vila Real, Nuno Chaves, coordenador da Juventude Socialista de Chaves, Fernando Rodrigues, presidente da Câmara de Montalegre e Paula Barros, presidente da Concelhia de Chaves, foram muitas e diversas as mensagens expressas ao longo das diferentes intervenções.

Desde logo, Francisco Assis louvou a iniciativa da Concelhia pela importância de que estas acções se revestem como estímulo para a mobilização dos militantes, alertando para a dureza dos combates políticos que se avizinham.

Neste sentido, Assis referiu-se a José Sócrates, secretário-geral do PS, como exemplo de força, determinação e tenacidade pela forma como, convictamente, assumiu e tem vindo a defender uma importante agenda reformista para Portugal em diferentes áreas.

Depois, Paula Barros aludiu ao centenário da República, aos seus valores e contributo decisivo para a participação das mu-

lheres na vida cívica e política nacional, evidenciando o papel fundamental do Partido Socialista nesta matéria, mas sem deixar de apontar, porém, um longo caminho a percorrer sem duvidar nesta matéria.

Numa alusão aos tempos que se avizinham, Paula Barros apelou à coesão e à preparação de todos.

Já no que diz respeito ao concelho de Chaves, a dirigente do PS local sublinhou que a diferença tem que ser feita pela competência, seriedade e transparência da mensagem.

Defendeu ainda a necessidade de apostar numa política de proximidade que permita, com todos, construir projectos que respondam às reais preocupações dos cidadãos e que apontem caminhos de desenvolvimento sustentado para a região.

## SETÚBAL OPTIMISTA COM INVESTIMENTO REALIZADO

NA GRANDE festa-almoço realizada em Monte do Paio, Lagoa de Santo André, por iniciativa da Concelhia de Santiago do Cacém e com o apoio da Federação de Setúbal, conviveram várias centenas de militantes e simpatizantes socialistas.

Na ocasião, o camarada Vítor Ramalho sublinhou a importância central do distrito de Setúbal para a coesão nacional e para a afirmação de Portugal no mundo, apontando que os socialistas têm esperança no futuro da região.

Ao lembrar que Setúbal foi o único distrito onde o PS saiu vencedor em todos os concelhos, nas eleições legislativas passadas, e no qual os socialistas conseguiram, nas autárquicas de 2009, mudar as cores em quatro câmaras do litoral alentejano, o dirigente da estrutura distrital sadina sublinhou igualmente o carácter vital para o desenvolvimento dos investimentos que o Governo tem feito no distrito e que têm promovido o crescimento e a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

Num contexto nacional convulso, marcado por incertezas ao nível da economia e das finanças, Vítor Ramalho afirmou, convicto, que o PS e Portugal poderão superar as dificuldades com união.

Ao intervir no convívio onde também marcaram presença a presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal, Catarina Marcelino, e o secretário-geral da JS, Pedro Alves, o camarada Pedro Marques, actualmente no exercício do cargo de secretário de Estado da Segurança Social, abordou a questão central do Orçamento de Estado para 2011, indicando que este necessitará de incluir medidas restritivas mas necessárias e incontornáveis para fazer face aos desafios que se perfilam no horizonte do país.

Por sua vez, o presidente da Concelhia de Santiago do Cacém, Hugo Ferreira, centrou a sua intervenção na necessidade do PS fazer uma aposta política determinada neste concelho, no sentido de assegurar a vitória e a conquista do mesmo à CDU nas próximas eleições autárquicas.

## ENCONTRO DE CONCELHIAS EM BRAGANÇA

ENTRETANTO, os socialistas dos concelhos de Alfandega da Fé e de Mogadouro escolheram o Santuário de Santo Antão da Barca para promoverem o primeiro encontro de concelhias.

Segundo o camarada Eduardo Tavares, presidente da Concelhia de Alfândega da Fé, este encontro “foi uma forma de as duas concelhias promoverem a troca de experiências políticas dos dois concelhos”.

Neste convívio, onde marcaram presença largas dezenas de militantes socialistas de ambas concelhias, participaram o presidente da Federação do PS de Bragança, Mota Andrade, a presidente da Câmara Municipal de Alfândega da Fé, Berta Nunes, e ainda vários dirigentes e autarcas locais.

Na sua intervenção, Mota Andrade referiu que o PS “tem muita esperança de conquistar novas câmaras nas próximas autárquicas”, entre as quais incluiu a de Mogadouro, “que já foi do PS”.

De seguida destacou vários aspectos positivos da governação socialista, sublinhando as grandes obras que, finalmente, após imensas promessas falhadas por executivos anteriores, estão a ser cumpridas, nomeadamente as relativas à A4, ao IC5, ao IP2 e à Barragem do Sabor.

Esta rentrée política das concelhias socialistas de Alfândega da Fé e Mogadouro realizou-se, assim, num lugar emblemático que testemunha bem as grandes obras que se estão a realizar no distrito. **MARY RODRIGUES**

### OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA  
S. João da Madeira

*Quem visitou a mostra Portugal Tecnológico percebeu que o país real, felizmente, é composto por pessoas e organizações que optam por uma postura bem diferente daquela oposição derrotista*

## MESMO QUE NÃO SEJAM FERRARIS!

O VERMELHO do semáforo ordenou a paragem do trânsito em três faixas de rodagem no mesmo sentido. Na faixa do meio estava um Ferrari, novo em folha e com um roncar robusto, ladeado por duas viaturas obviamente mais modestas. O condutor da direita lança um olhar de inveja para o condutor do bólido ao seu lado e pensa: “Ainda te hei-de ver num carro como o meu, ó meu sacana!” Ao mesmo tempo, o condutor da esquerda, ao olhar para o vermelho vivo ao seu lado, começa a sonhar: “Ainda hei-de ter um destes!”

Esta história acaba por representar duas posturas na vida totalmente diferentes, duas visões do mundo diametralmente opostas e dois níveis de ambição completamente divergentes. Todos sabemos que Portugal está confrontado com grandes dificuldades e se depara com desafios gigantescos. As exigências são enormes e os sacrifícios pedidos às famílias e às empresas constituem um esforço patriótico significativo que nos devia obrigar, a todos, a revelar espírito de responsabilidade, de solidariedade e união.

Mas não! Não é nada disso que está a acontecer. A oposição parece estar apostada em criar dificuldades ao Governo e à estabilidade política. A oposição, de forma mais vincada aquela que ambiciona obsessivamente o poder, deseja que as coisas corram mal, que as contas se compliquem e, para tal, cultiva a falta de esperança, adopta o discurso da tanga, fomenta a intriga, estimula o aparecimento de casos políticos paralelos através de insinuações e meias verdades. E isto ao mesmo tempo que ignora que esta postura prejudica, acima de tudo, o próprio país. A tudo isto chamamos irresponsabilidade.

Quem visitou a mostra Portugal Tecnológico percebeu que o país real, felizmente, é composto por pessoas e organizações que optam por uma postura bem diferente daquela oposição derrotista. No Portugal Tecnológico, eu vi, de facto, um país mais moderno, mais dinâmico, mais empreendedor e mais confiante do que aquele que a tal oposição pessimista nos está a tentar vender. Eu assisti a uma nova forma de ver a energia e a mobilidade, toquei na inovação e vi empresas portuguesas inconformadas, ambiciosas e lutadoras, a apresentarem com orgulho os seus produtos que, nalguns casos, já dão cartas lá fora. Vi capacidade exportadora e senti mobilização. Tomei contacto com serviços públicos mais modernos, mais centrados nas necessidades dos cidadãos e das empresas e contactei com Universidades cada vez mais próximas da realidade das empresas. Naquela mostra vivi o ambiente das novas escolas portuguesas e constatei o dinamismo presente nas diferentes regiões portuguesas. Senti o bom gosto, a tecnologia, a cultura, a arte e a modernidade.

Provavelmente nenhuns daqueles que cultivam a desgraça e o desânimo foram ao Portugal Tecnológico, com receio de contágio e aversão à esperança e ao optimismo. Se foram, certamente contemplaram o que lhes entrava pelos olhos dentro com reservas e desconfiança, e não acreditaram que se tratava da vida real de muitos portugueses e das nossas empresas que, apesar das dificuldades, não baixam os braços. Esta oposição está, portanto, condenada a conduzir um carro modesto movido a gasóleo e a ser ultrapassada pelas viaturas já eléctricas e com tecnologia portuguesa incorporada. Mesmo que não sejam Ferraris!

Isabel Alçada, ministra da Educação

# “Escola pública garante equidade e igualdade de oportunidades”



Aumentar a qualidade e excelência do ensino e o grau de exigência, de modo a que os alunos possam aprender mais e melhor é a prioridade traçada pela ministra da Educação, que, em entrevista ao “Acção Socialista”, reitera a ideia de que a escola pública é que assegura a equidade e igualdade de oportunidades. Isabel Alçada realça ainda a importância da requalificação de “alta qualidade” que está a ser feita no parque escolar, o diálogo contínuo e frutuoso que tem sido mantido com professores, associações de pais e outros agentes de ensino e a atenção redobrada dada aos alunos com mais dificuldades, de forma a diminuir as repetências, porque, faz questão de frisar, na escola todos podem ter sucesso.

J. C. CASTELO BRANCO

## Que balanço faz da forma como decorreu o início do ano lectivo?

Foi bastante positivo. As escolas abriram nas datas previstas. Todos os anos é necessário um ajustamento da colocação de professores, o concurso fez-se no quadro das regras que exis-

tiam, incluindo a avaliação dos docentes, e permanecem sempre alguns horários incompletos, em resultado de necessidades que surgem, porque há professores que estão doentes na altura da colocação ou porque que não aceitam a colocação, uma possibilidade que lhes é concedida por lei. Mas dentro daquilo que é

o panorama geral de um início de ano lectivo, este ano senti-me satisfeita pelo modo como decorreu este processo.

**Como está a decorrer o programa de requalificação do parque escolar que tem estado a ser desenvolvido de norte a sul do país?**

O programa executado pela empresa Parque Escolar tem sido integralmente cumprido. Há taxas de sucesso tanto de qualidade e quantidade de realização e de satisfação da comunidade educativa muito positivas. Mas é preciso ainda salientar que no nosso parque escolar, em relação aos jardins-de-infância e escolas de 1º ciclo, tem sido realizada uma obra muito apreciável por parte das câmaras municipais. Neste campo, há, no entanto, um trabalho muito diversificado, porque há autarquias que corresponderam inteiramente à expectativa de construção e há outras que estão mais atrasadas, mas no cômputo geral há um movimento de renovação muito importante.

**Que reacções têm surgido quanto à forma como tem sido realizada esta requalificação do parque escolar?**

As escolas secundárias, de uma maneira geral, têm tido uma requa-

lificação de alta qualidade, em que se alia o respeito pelo património, no que respeita à conservação dos edifícios originais, muito deles históricos, associada a uma intervenção em que a linha arquitectónica contemporânea está absolutamente patente. Ora, isto vai trazer a possibilidade nós educarmos as novas gerações, sobretudo numa idade em que os alunos são muito sensíveis às questões estéticas, em espaços que aliam o valor da conservação do património ao valor da arquitectura contemporânea.

**Na actual conjuntura de crise económica, que papel está reservado à acção social escolar para ajudar os alunos de famílias mais desfavorecidas e combater, designadamente, o abandono e insucesso escolar?**

A acção social escolar proporciona, por um lado, a oferta de livros aos alunos do escalão A e a compar-



tipificação na compra de livros nos outros escalões, bem como assegura refeições e transportes. E isto é muito importante para que estas despesas não pesem no orçamento familiar.

**O ministério tem como objectivo para o corrente ano lectivo reduzir o número de repetências. Que medidas concretas vão ser implementadas para se cumprir este objectivo sem diminuir a qualidade do ensino?**

O que nós pretendemos, acima de tudo, é aumentar a qualidade do ensino e aumentar a exigência, no sentido de que os alunos devem aprender mais e melhor. E a medida principal para se cumprir este objectivo passa por uma atenção dos professores ao trabalho que é feito na sala de aula e ao acompanhamento dos alunos no seu trabalho autónomo. Na nossa escola há recursos que permitem aos alunos com mais dificuldades terem já apoio. Mas o principal é que haja uma atenção à turma, de modo a que cada jovem sinta que também está a ser objecto de uma atenção individual. Mas é preciso igualmente que o próprio aluno sinta a obrigação de obter bons resultados, através do estudo e esforço. Isto é uma atitude, em primeiro lugar, de não aceitar ser natural que não haja sucesso, uma vez que na escola todos podem ter sucesso – mas que corresponda a uma verdadeira aprendizagem.

**Como interpreta as críticas que foram feitas por alguns sectores à intenção do Governo de encerrar escolas com menos de 20 alunos. Quais os objectivos que estão na origem desta medida?**

O objectivo principal é a equidade, portanto assegurar a todos a igualdade de oportunidades. No nosso país nós não podemos ter escolas de primeira para aqueles que têm a possibilidade de estar em centros escolares com os recursos da escola do século XXI como seja a biblioteca, o refeitório, o parque de jogos, o pavilhão desportivo, o quadro interactivo e acesso à Internet, e depois ter alunos em pequenas escolas do passado com equipamentos de outra época, que cumpriram a sua missão quando ensinar significava um professor, quadro e giz. Hoje temos de ter outros recursos e para que todos beneficiem desses recursos, precisamos de ter escolas iguais para todos.

E, por outro lado, o nosso país tem hoje já a possibilidade de colocar todas as crianças em centros escolares, porque possui uma rede viária e vias de transporte que antes não tinha. Portanto, é a própria evolução do país que permite que a oferta educativa se faça de modo a garantir uma maior equidade.

**Com o encerramento das pequenas escolas coloca-se o problema da mobilidade de alunos e professores. Quem é responsável para que este aspecto esteja salvaguardado?**

Há uma parceria entre o ministério e as câmaras, segundo a qual o ministério co-financia os transportes e as câmaras de uma maneira geral

organizam a rede numa lógica de proximidade.

**E qual a reacção das famílias às transferências dos seus filhos para escolas mais longe do local onde vivem?**

Por vezes, as famílias dos alunos não se apercebem de imediato que é muito vantajoso para o desenvolvimento da criança e para o seu percurso escolar ir para uma escola que não é mesmo logo ao lado da casa, mas que oferece muito melho-

de como é importante incentivar as crianças para que cumpram as regras da escola, se concentrem, estudem, se esforcem e vão mais longe. Neste aspecto, nós, agora, com as estruturas de ligação da comunidade educativa, em que a escola e as famílias colaboram mais de perto, temos conseguido um avanço. Portanto, há todo um conjunto de circunstâncias que permitem ir mais longe no reforço da qualidade do ensino, porque a universalidade da frequência, essa, felizmente, já garantimos.

renciar o ontem porque era aquilo que conheciam e não verificam que houve uma abertura para outras áreas de conhecimento que antes não entravam na escola.

**Que comentário lhe merece a proposta de revisão da Constituição do PSD relativamente à educação?**

Nós não podemos concordar que a escola pública possa ser questionada quanto aos recursos que se investem, não podemos desviar de maneira

o Conselho das Escolas, formado por um conjunto de directores das escolas e agrupamentos, com o qual também temos um diálogo permanente. Mas também mantemos um diálogo com as associações de pais e outras organizações profissionais, científicas e também com as câmaras municipais. E acreditamos que este diálogo, que exige muita atenção e continuidade, vale a pena porque é deste modo que se recolhe uma informação detalhada sobre diferentes visões e perspectivas por parte destas organizações e leva àqueles que são responsáveis pela decisão a ter mais hipóteses de decidir bem.

**O Estatuto do Aluno foi objecto de alterações recentes. Estas foram suficientes ou é matéria que terá de ser alvo de novos aprofundamentos?**

O Estatuto do Aluno é um instrumento importante para definir o quadro em que se deve estabelecer o relacionamento na escola em geral e permite depois que cada escola elabore o seu regulamento próprio, porque tem autonomia para esse efeito, no quadro geral das regras que são comuns a todo o país. Não é desejável que o Estatuto do Aluno mude frequentemente, porque tal implica um grande esforço de ajustamento por parte das escolas e nós respeitamos muito a necessidade das escolas terem tempo para se dedicarem inteiramente ao seu trabalho lectivo e não estarem constantemente a serem reajustados os instrumentos-base da sua gestão.

**Quer falar-nos de algum projecto recente lançado pelo seu ministério?**

Nós lançámos há pouco tempo um programa que chamámos 2015 dirigido a todas as escolas e agrupamentos, em que o ministério lhes devolve a informação sistematizada sobre os resultados escolares ao nível nacional das provas em que se valiam as competências básicas, como é o caso da Matemática e do Português. E isto para que cada escola tenha a possibilidade de ir acompanhando a evolução dos seus próprios resultados e os possa comparar com os resultados nacionais e assim verificar se se regista um avanço em matéria de resultados. Este tipo de instrumentos, por outro lado, permite às escolas e agrupamentos que recebem os indicadores de repetências todos os anos, poderem agora usá-los para avaliar o seu próprio progresso.

E um outro aspecto diz respeito à desistência, sendo que é preciso que as escolas estejam ainda mais atentas em relação aos adolescentes de 14, 15, 16 anos, que é uma idade em que é muito importante que permaneçam no sistema educativo, para que de facto ninguém abandone a escola e assim garantamos a todos os portugueses uma qualificação e níveis de certificação que são aqueles que pretendemos ao nível do ensino secundário. E essa monitorização e acompanhamento dos alunos e dos resultados, que dá mais autonomia às escolas, consideramos que é condição fundamental para combater o abandono e insucesso escolares.



“Os países que mais avançaram no sentido de uma maior democratização da sua sociedade e em políticas promotoras da igualdade de oportunidades foram aqueles que mais apostaram na escola pública”

res condições a todos os níveis. Só que as famílias que já tiveram essa experiência reconhecem que foi uma vantagem e há até alguns pais que quiseram dar testemunhos de que tinha sido muito bom para os filhos terem ido para os centros escolares.

**Como reage àqueles que argumentam que apesar de Portugal estar dentro da média europeia do PIB afecto à educação, a qualidade do ensino e os seus resultados estarem aquém do esforço financeiro?**

Nós fizemos um esforço muito grande nas últimas décadas de assegurar a frequência universal do ensino. No entanto, comparativamente com outros países verificamos que as famílias ainda não têm um nível de escolaridade correspondente às famílias de outros países europeus. E nós sabemos que a educação é uma articulação permanente e continuada de esforço entre a escola e a família. Do lado da escola é inegável que tem havido muito esforço, já do lado das famílias é mais variável, sobretudo porque as famílias muitas vezes ainda não têm consciência plena

**O que pensa da crítica recorrente de que no ensino secundário tem havido nas últimas décadas pouca exigência e que os alunos entram na universidade com pouca preparação?**

É uma crítica um pouco imprecisa. As pessoas por vezes gostam de fazer afirmações que não correspondem inteiramente àquilo que é a verdade e a realidade. Também há muitas pessoas que dizem que os alunos quando entram na universidade estão muito preparados em múltiplos domínios. E nós vemos que em relação às empresas que acolhem os nossos licenciados há uma satisfação crescente quanto à qualidade da formação que é proporcionada pelo ensino superior e por sua vez também por consequência pelo secundário. Por isso, acho que não é justa a crítica, mas temos de estar sempre muito atentos para que de facto a qualidade seja assegurada. Hoje há uma aprendizagem em domínios que dantes não havia e geralmente quando as pessoas comparam o hoje com o ontem estão sempre a refe-

nenhuma recursos da escola pública, porque temos de melhorar substancialmente e continuamente a qualidade do ensino que se oferece a todos os portugueses e a escola pública é a que assegura a equidade e igualdade de oportunidades à nossa população. Por outro lado, nós verificamos que os países que mais avançaram no sentido de uma maior democratização da sua sociedade e em políticas promotoras da igualdade de oportunidades foram aqueles que mais apostaram na escola pública. São poucos os países que não tiveram esta prioridade política de investir na escola pública.

**Como está o diálogo que o ministério tem vindo a fazer com os professores, associações de pais e outros agentes de ensino?**

Com os professores e as suas organizações representativas temos mantido um diálogo continuado sobre todas as matérias que, de acordo com a lei, devem ser objecto de negociação. Por outro lado, temos um Conselho Consultivo, constituído no ministério, que se chama



**BRAVO NICO**  
Deputado à Assembleia da República

*Um princípio deve nortear qualquer serviço público: servir, equitativa e igualmente, todos os cidadãos*

## O INTERIOR DE PORTUGAL

NOS últimos tempos, a agenda política tem-nos remetido para a discussão do presente e do futuro do interior de Portugal. Na realidade, no debate que se tem gerado em torno das políticas sociais promovidas pelo Estado, a questão geográfica e a consequente dimensão da coesão territorial têm sido variáveis incontornáveis nos pensamentos e nos discursos que os divulgam. À direita e à esquerda, identificam-se narrativas que, aparentemente, concorrem para uma mesma finalidade: a defesa do interior e da coesão de todo o território nacional.

A questão que se discute localiza-se, invariavelmente, numa dimensão crítica para os cidadãos que residem no interior português: a preocupação em garantir o acesso, em igualdade e equidade, aos serviços públicos que concorrem para um pleno exercício da cidadania.

O acesso à saúde, à educação, ao trabalho e ao apoio social são, entre outras, as principais preocupações dos portugueses que residem no interior português e o conteúdo principal dos discursos de muitos dos que se pronunciam sobre esta questão. Proximidade e qualidade dos serviços públicos parecem ser, normalmente, as variáveis mais críticas desta equação difícil que é o desenvolvimento do interior.

Como garantirá o Estado a disponibilização de um serviço público de máxima qualidade aos cidadãos do interior? Privilegiando a proximidade (sabendo-se que, nestas regiões, se pode perder qualidade, dispersando o acesso) ou promovendo a qualidade (sabendo-se que, nestas regiões, se pode ganhar qualidade, concentrando os recursos disponíveis)? A resposta não é linear nem única. No entanto, um princípio deve nortear qualquer serviço público: servir, equitativa e igualmente, todos os cidadãos.

Na educação, na saúde, no apoio social e em todas as restantes dimensões da acção do Estado, os cidadãos devem saber que, independentemente do local da sua residência ou da respectiva circunstância económica, social e cultural, têm, à sua disposição, serviços públicos de igual qualidade.

No interior português, em cada território, haverá uma equação específica e uma solução singular para garantir a máxima qualidade no exercício pleno da cidadania. Na construção desta solução, todos devem ser envolvidos, particularmente os que viverão na circunstância que resultar da mesma.

Nesta construção (que se quer coesa e solidária) do futuro do interior português, devemos combater as demagogias e os populismos que resultam dos radicalismos dos comportamentos extremistas: dos que defendem um acesso, a cada serviço público, em cada rua de cada aldeia; dos que defendem a descontinuidade de todos os acessos, de todos os serviços públicos, em todas as ruas de todas as aldeias.

O que é fundamental é que os portugueses que habitam em cada rua de cada aldeia tenham a mesma qualidade no acesso e fruição dos serviços públicos, relativamente aos portugueses que habitam em cada rua de cada cidade. Este deve ser o princípio axiológico que deve determinar a bitola da acção política.

## Portugal ultrapassa meta europeia na cobertura do pré-escolar

ATÉ ao final do ano será cumprido o objectivo governamental do país passar a dispor de uma rede de creches que garanta uma cobertura de mais de 36% de lugares. Para que este desiderato possa ser atingido cem novas unidades com um total de mais quatro mil novos lugares serão inauguradas até finais de Dezembro.

A garantia foi dada pelo primeiro-ministro quando no princípio do mês se deslocou a Torres Vedras para ali inaugurar a creche S. José com capacidade para 66 crianças, e cuja construção, no valor de 800 mil euros, foi apoiada em cerca de 40% pelo Estado.

Depois de recordar o empenho do Governo na criação de uma rede pública de creches,

Sócrates lembrou que tem sido graças ao investimento que o Estado tem feito ao longo dos últimos cinco anos, que é possível assegurar que no final do programa PARES – Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais, “e pela primeira vez” o país passe a dispor de uma ampla oferta de novos lugares em creches públicas.

Manifestando satisfação pelo facto de o Governo ter alcançado mais uma das suas metas, o primeiro-ministro acentuou que um dos mais importantes desafios que se colocam a qualquer Estado Social moderno é assegurar às sociedades uma “forma de acompanhamento das crianças com segurança e qualidade” de modo a permitir que as jovens famílias tenham os filhos que desejam ter, “incentivando-se assim a natalidade”.

Na véspera o primeiro-ministro já tinha realizado visitas ao Lumiar, onde inaugurou, ao lado do presidente da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa e da ministra da Educação, Isabel Alçada, um jardim de infância, Loures e à Amadora tendo também nesta cidade dos arredores da capital inaugurado uma nova creche/jar-



dim de infância, com capacidade para 141 crianças entre os três e os cinco anos, equipamento pertencente a um grupo de distribuição, e que contou com a participação financeira do Estado.

Na oportunidade, Sócrates lembrou o trabalho desenvolvido pelos governos do PS, afirmando que nos últimos cinco anos desencadeou-se uma reforma “silenciosa, mas grande”, na rede de creches, garantindo que Portugal “já ultrapassou a meta europeia em termos de cobertura”, que apontava, como recordou, para o objectivo de se suplantar a barreira dos 33% de crianças integradas na rede de creches.

Há hoje distritos no país, recordou, onde a cobertura do ensino pré-escolar ultrapassou já os 90%, “aproximando-se mesmo dos 100%”, cenário aliás que “acontece na maioria dos distritos do país”, com excepção de Lisboa e do Porto onde se regista uma cobertura inferior a 70%.

É nestas duas áreas metropolitanas, recordou ainda o primeiro-ministro que o Governo tem vindo desde há dois anos a apostar de forma mais firme, empreendendo aqui um esforço suplementar para vencer a diferença face à média nacional.

Para Sócrates, Portugal conseguiu “um feito” ao ter já ultrapas-

sado a média dos países da OCDE na taxa de cobertura do ensino pré-escolar, considerando este nível de educação como “decisivo” na promoção da igualdade de oportunidades.

### Incentivar a cooperação com as IPSS

O primeiro-ministro atribuiu, por outro lado, uma importância determinante à cooperação entre o Estado e as IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social), sublinhando que este trabalho conjunto representa o caminho mais ajustado e acertado para se poder alcançar um alargamento sustentado da rede de creches e do pré-escolar, frisando que “teria sido um erro” atribuir ao Estado a construção e a gestão dos equipamentos, defendendo em contrapartida, como a melhor e mais adequada solução “uma gestão de proximidade”.

Também a ministra do Trabalho, Helena André, que participou com o primeiro-ministro neste périplo pelo país, garantiu que o Estado disponibilizará anualmente, no âmbito de um acordo com a Segurança Social, uma dotação de modo a que o funcionamento destas instituições possa oferecer às famílias “preços mais acessíveis”. R.S.A.

## Socialistas lançam abaixo-assinado contra privatização da RTP

ACABA de ser criado um movimento que lançará brevemente um abaixo-assinado antiprivatização da RTP e que tem como principais promotores o ex-deputado socialista e ex-secretário de Estado da Comunicação Social do Governo de António Guterres, Arons de Carvalho, e o deputado Marcos Sá.

Para Arons de Carvalho, trata-se de uma iniciativa absolutamente prioritária já que o país está confrontado com a proposta de revisão constitucional apresentada pelo PSD, que defende o fim do serviço público de rádio e televisão.

“É um erro tremendo”, diz Arons

de Carvalho, e “contrário a todo o modelo europeu”, lembrando que não há um único país da Europa onde esteja a ser proposto o fim do serviço público para este sector.

Pelo contrário, acentua, o que assistimos é ao reforço desses serviços por todos os países europeus, porque todos eles têm consciência de que se trata de uma opção “insubstituível” que oferece uma “diversidade” que “não se encontra nos operadores privados”, um serviço que custa a cada português, lembra, apenas cerca de “2,3 euros por mês”. Um valor que considera razoável e muito abaixo dos preços praticados nos outros

países europeus.

Arons de Carvalho defende ainda que o fim do serviço público de rádio e televisão “seria péssimo para os operadores privados”, já que ficariam sujeitos a uma concorrência muito mais feroz, designadamente porque o mercado publicitário “seria insuficiente para a concorrência gerada entre canais”.

Por seu lado, o deputado Marcos Sá sustenta que sem um serviço público de rádio e de televisão não seria possível, por exemplo, a existência da RTP Internacional, os conteúdos da RTP/2 e de muitos dos conteúdos do canal 1. R.S.A.

## Poupança de 250 milhões na área da saúde



UM decreto-lei aprovado em reunião do Conselho de Ministros de 16 de Setembro sobre a política do medicamento permitirá baixar o preço dos fármacos em 6%, medida que vai beneficiar todos os utentes, e alterar a forma de comparticipação dos medicamentos. Por outro lado, as prescrições passarão a ser feitas de modo electrónico.

Em conferência de Imprensa, a ministra da Saúde, Ana Jorge, garantiu que a implementação das receitas electrónicas “está próxima dos 90%”, mas que a partir de 1 de Março de 2011 deverá atingir os 100%.

A comparticipação de medicamentos através de receita electrónica vai permitir informar o utente da existência de medicamentos alternativos mais baratos, sublinhou Ana Jorge.

Entre as vantagens desta medida, Ana Jorge salientou que passará a ser identificável a por vezes “difícil” letra dos médicos.

De acordo com a titular da pasta da Saúde, as medidas agora anunciadas poderão significar uma poupança de 250 milhões de euros.

O diploma revê, também, o regime de comparticipações especiais dos medicamentos, de forma a introduzir maior rigor e

eficácia na atribuição destes benefícios e combater o abuso e fraude, através de um controlo mais exigente e direccionar o sistema de comparticipações para quem, efectivamente, necessita. Assim, a comparticipação no regime especial foi reduzida para 95%. Neste capítulo, Ana Jorge disse que havia um abuso sistemático da utilização desta comparticipação a 100% dos medicamentos.

Neste campo, o diploma agora aprovado estipula que o abuso comprovado dos benefícios determina a inibição do acesso a medicamentos comparticipados durante um período de 24 meses.

## Fiscalização a prestações sociais reduz despesa em 40,3 milhões de euros

SUSTENTABILIDADE, rigor e confiança no sistema público de Segurança Social é o objectivo central que tem norteado com resultados positivos a política de reforço da fiscalização às prestações sociais levada a cabo pelo Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

Assim, no primeiro semestre deste ano, a fiscalização às baixas médicas, ao subsídio de desemprego e ao rendimento social de inserção efectuada pela Segurança Social permitiram reduzir a despesa em 40,3 milhões de euros.

Foram fiscalizadas 99,5% das baixas superiores a 30 dias, num total de 150 936, tendo sido suspensos ou terminados subsídios de doença no valor de 4,1 milhões de euros.

Por outro lado, foram suspensos ou cessaram 52.044 subsídios de desemprego, mais 36% que no período homólogo de 2009, o que reduziu de 33,1 milhões de euros na despesa. Foram ainda fiscalizadas 20.908 famílias com rendimento social de inserção, tendo cessado ou sido suspensas 2220 destas pres-

tações, que reduziram 3,1 milhões de euros na despesa.

No total, mais de 205 milhões de euros de dívidas à Segurança Social foram recuperados no primeiro semestre de 2010, o que se traduz num aumento da cobrança de 19% em relação ao mesmo período de 2009.

O Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social pretende, com o plano de combate à fraude e evasão contributiva, recuperar 400 milhões de euros até ao final do ano.

## Novo Julgado de Paz em Belmonte

FOI inaugurado no dia 13 um novo Julgado de Paz em Belmonte, que funcionará nos dias úteis, das 9h30 às 12h30 e das 13h30 às 17 horas. Os Julgados de Paz são tribunais dotados de características de funcionamento e organização próprias, tendo competência para apreciar e decidir acções declarativas cíveis, de valor não superior a cinco mil euros.

Abrangem matérias como entrega de coisas móveis, direitos e deveres de condóminos, arrendamento urbano, excepto despejo, incumprimento de contratos e obrigações.

### Ensino superior com mais 20 mil alunos inscritos

O Ministério da Ciência, Tecno-

logia e Ensino Superior anunciou a existência de mais 20 mil alunos no ensino universitário no ano lectivo 2010/2011, em comparação com o ano anterior. Alarga-se assim este ano de forma exponencial a oferta do ensino público universitário, numa clara aposta do Governo numa maior qualificação dos portugueses.

### OPINIÃO



**RUI PEDRO BARREIRO**  
Secretário de Estado das Florestas e Desenvolvimento Rural

*A certificação florestal e a promoção da gestão activa da floresta são os grandes desafios que se colocam à produção no sector florestal*

## INVESTIMENTO E EXPORTAÇÃO. O EXEMPLO DE XANGAI

AFIRMOU, recentemente, o primeiro-ministro que “investimento” e “exportação” são as duas palavras-chave para o desenvolvimento da economia portuguesa. Não posso estar mais de acordo. Enquanto responsável pela tutela das florestas, tive a oportunidade de afirmar e defender esta tese em várias ocasiões e mais recentemente na Expo-Xangai, durante a Semana dos Recursos Florestais do Pavilhão de Portugal.

A floresta é um dos sectores da economia nacional que apresentam maior potencial de crescimento, um sector onde Portugal tem uma clara “vantagem comparativa” como constava do Relatório Porter. A floresta representa mais de 38% do território nacional. O sector florestal gera anualmente cerca de nove mil milhões de euros - 3% da riqueza nacional, um dos contributos líquidos mais elevados deste sector para a economia em termos europeus, apenas superado pelos países escandinavos.

É um sector importante para as exportações nacionais, mais de 11% das exportações provêm das indústrias nacionais de base florestal. Nesse aspecto, refira-se que só a nova fábrica de papel do grupo Portucel Soporcel em Setúbal é, actualmente, responsável por 3% das exportações nacionais. Um verdadeiro caso de sucesso, como foi demonstrado na China. Também a indústria de mobiliário e o sector corticeiro foram sectores que conquistaram a China, de tal modo que o grupo Amorim já anunciou publicamente a construção de uma fábrica de materiais de construção nesse país.

A presença na Expo-Xangai foi uma aposta ganha. Foram três dias em que a floresta portuguesa e a excelência dos produtos nacionais estiveram em destaque na principal porta de entrada para o mercado asiático. O saldo foi um verdadeiro sucesso, a aposta do Ministério da Agricultura na promoção internacional das três principais fileiras da floresta nacional: papel, madeira e mobiliário e cortiça.

Vamos prosseguir este caminho da internacionalização dos produtos florestais nacionais. Já em Setembro vão estar disponíveis incentivos do Fundo Florestal Permanente para a certificação da gestão florestal sustentável. O aumento da área certificada é decisivo para a competitividade dos produtos florestais portugueses no mercado internacional. Neste momento estão certificados cerca de 230 mil ha de floresta, uma área manifestamente insuficiente para as necessidades de matéria-prima certificada para abastecimento à indústria. Queremos duplicar a área certificada até 2013, tendo as Zonas de Intervenção Florestal como os principais destinatários deste incentivo.

A certificação florestal e a promoção da gestão activa da floresta são os grandes desafios que se colocam à produção no sector florestal. Para os concretizar é necessário investimento, público e privado.

A economia mundial e europeia começa a dar sinais sólidos de retoma. É o momento para avançar e apostar na inovação, na modernização e, sobretudo, na qualidade dos produtos nacionais para conquistar novos mercados.

Acredito na capacidade empreendedora dos nossos empresários, sejam dos grandes grupos empresariais, sejam das PME. Ganhar competitividade é o desafio que se coloca à economia portuguesa. Este é o caminho para encontrar as oportunidades na crise global que ainda vivemos.

# Ano académico arranca com novas ambições e mais alunos

Para que Portugal possa entrar na “rota da excelência” tem de atingir a meta de 40% de pessoas com idades entre os 30-34 anos diplomadas no ensino superior até 2020, afirmou, na cidade do Funchal, o primeiro-ministro, José Sócrates, ao falar na sessão de abertura do ano académico das universidades portuguesas, ocasião em que o ministro Mariano Gago avançou a ideia de criar uma escola internacional de medicina na Madeira.

“É PRECISO atrair mais 60 mil portugueses às universidades portuguesas” na próxima década, sustentou Sócrates na cerimónia que teve como palco a Universidade da Madeira (UMA), a mais jovem instituição de ensino superior do país.

Destacando que “nunca tanta gente estudou nas universidades e institutos politécnicos” em Portugal, o primeiro-ministro chamou a atenção para o facto de se ter registado um aumento de 50% no número de inscrições desde 2005, pelo que, sublinhou ainda, “o nosso país está a atingir os níveis dos estados mais desenvolvidos”.

Evidenciou igualmente que os contratos de desenvolvimento assinados com as universidades, no âmbito do Pacto de Confiança, não representam mais encargos para o Estado, sendo antes uma prova de que estas instituições, “com o mesmo dinheiro, estão a servir melhor o país, a formar mais pessoas e com mais eficiência”.

Por sua vez, o ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

enalteceu o “progresso e reformas recentes” feitas pela Universidade da Madeira, elogiando, entre outros aspectos, o processo “exemplar de internacionalização” em curso.

Mariano Gago desafiou ainda a UMA a promover a criação de uma nova “Escola Internacional de Medicina de grande dimensão” nesta região.

Entre os objectivos traçados para o ensino superior, salientou que uma das metas dos contratos subscritos é diplomar mais 100 mil activos para superar o défice da baixa qualificação no país.

José Sócrates e Mariano Gago lembraram ainda que, fruto das políticas de educação implementadas nos últimos tempos, o ano lectivo 2010/2011 começa com 118 mil alunos, o que representa mais 20 mil inscrições que em 2009.

Entretanto, o primeiro-ministro presidiu também, no Instituto Superior de Engenharia do Porto (ISEP), à cerimónia de abertura do ano lectivo dos institutos su-



periores politécnicos, ocasião em que salientou a importância do ensino superior para o sucesso da economia portuguesa.

Segundo Sócrates, não há crescimento económico que não esteja alicerçado na formação, sendo que o ensino superior dá uma contribuição importante para a “formação avançada”.

## Formação superior é vital para sucesso económico

“Qualquer economista dirá que não há apenas uma receita estudada para o sucesso económico, ou crescimento económico, mas uma coisa todos sabemos, não há na história recente nenhum exemplo de sucesso económico que não fosse alicerçado no aumento das qualificações e do conhecimento em países que tiveram essa ambição”, sustentou, acrescentando de seguida que “é por isso que o sucesso de uma economia e o

desenvolvimento de um país está hoje, mais do que nunca, ligado à questão absolutamente essencial da qualificação da sua população, dos seus activos e à sua preparação para poderem competir numa economia global”.

Valorizando o ensino politécnico, o primeiro-ministro defendeu que não deve haver “o preconceito que sempre houve de instituto politécnico ser igual a um ensino de segunda categoria”.

“Os institutos politécnicos são absolutamente determinantes para o sucesso da nossa economia e do ensino superior em Portugal”, vincou.

Depois, José Sócrates apontou ainda para o facto de 36% dos jovens com 20 anos estudarem no ensino superior, um dado que permite a Portugal “ultrapassar a média da OCDE e que significa que nunca estudaram tantas pessoas nas universidades e institutos politécnicos”.

Recorde-se que o primeiro apuramento realizado pelo Gabinete de Planeamento do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) estima que este ano entrem mais de 118 mil alunos em cursos superiores. Comparando com os dados do ano passado, as previsões apontam para um aumento de “mais 20 mil alunos”.

O documento do MCTES sobre os resultados da primeira fase de ingresso sublinha que “em universidades e politécnicos é ainda patente o aumento de estudantes adultos através do regime especial para maiores de 23”.

De destacar também que mais de metade dos cursos das universidades e institutos politécnicos públicos ficaram com as vagas totalmente preenchidas na primeira fase do concurso nacional de acesso ao ensino superior.

Dos 1152 cursos, 718 esgotaram os lugares na primeira fase, o que representa 62,3%.

Na primeira fase do concurso foram colocados 45 592 alunos, o que representa 88% dos candidatos, mais 2% relativamente a 2009.

Perante este crescimento, reitores universitários e presidentes dos politécnicos partem para o novo ano académico “sem esperar dificuldades, porque o sistema está consolidado”, destacando que o Contrato de Confiança assinado entre instituições e Governo permite “expectativas elevadas” em relação ao futuro. **M.R.**

## Estado deve promover ensino público para todos

AS AUTARQUIAS estão a ter um papel determinante e muito importante no processo de encerramento das escolas com menos de 20 alunos, afirmou o primeiro-ministro em Paredes, quando ali se deslocou, na companhia da ministra da Educação, Isabel Alçada, para inaugurar o novo centro escolar de Mouriz.

Dizendo não estar preocupado “com as excepções”, Sócrates sublinhou que em todas as câmaras municipais onde havia problemas foi possível “encontrar-se uma concertação”, recordando que foram as próprias edilidades as primeiras a perceber que fazer esse esforço, “e fizeram-no com coragem”.

Tendo presente a abertura este ano lectivo de cerca de uma centena de centros escolares no país, o primeiro-ministro reafirmou a aposta do Governo na escola pública, considerando não haver país desenvolvido “sem uma boa rede pública de educação”.

Sustentando-se nos princípios constitucionais que determinam que o Estado deve propiciar a todos educação, o chefe do Executivo defendeu que não basta disponibilizar educação, mas é necessário ir mais longe e apostar numa “boa educação para todos”,

reafirmando que “não há país desenvolvido e economia que se modernize” sem uma boa educação.

Só a escola pública “é essencial” para uma educação de futuro, porque só ela “oferece igualdade de oportunidades” entre ricos e pobres, quer sejam do interior, quer vivam no litoral.

Para Sócrates, “o ideal mais nobre de uma democracia” é que todos possam ter acesso ao conhecimento e à sua plena realização”, perguntando de seguida quem é que está disposto a arcar com a responsabilidade de defender que o país desista “deste ideal democrático” de mais igualdade de oportunidades para todos.

Há mais de 20 anos que vários estudos de diversas organizações internacionais, enfatizou Sócrates, designadamente a OCDE, que vêm a recomendar que não houvesse em Portugal escolas com menos de 20 alunos, “porque essas promovem o insucesso e o abandono escolar”.

Recomendações que atravessaram duas décadas, lembrou, sem que ninguém tivesse tido a coragem de fazer o que quer que fosse para alterar este cenário.

Só agora, recordou Sócrates, graças às medidas empreendidas pelo actual Governo, foi possível avançar com o processo de encerramento de cerca de três mil escolas que se encontravam nessas condições, representando esta acção “a maior e a mais drástica reforma em favor de uma educação de qualidade”.

Para o primeiro-ministro, esta medida representa um contributo muito forte para “uma escola do século XXI” que pretende projectar um país melhor que quer ser mais rico no futuro e que percebe que a educação “está no eixo central do desenvolvimento da sua economia”.

Sócrates anunciou ainda que durante o ano lectivo de 2010/11 vão abrir 333 centros escolares e 11 novas escolas básicas do 2º e 3º ciclo, adiantando que os alunos das escolas encerradas foram já transferidos para os novos centros escolares de “acordo com o que estava planeado”.

### Ter curso superior faz a diferença

Portugal é dos países da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em que ter um curso

superior faz mais diferença no dinheiro que se pode ganhar a trabalhar.

Numa comparação entre 20 países pertencentes a esta organização internacional, Portugal está entre os três países em que o diploma pode fazer a diferença, embora se verifique, como em todos os outros países, que as mulheres estão em desvantagem.

Segundo o estudo da OCDE, combinando os resultados do sector público e privado, um estudante homem que complete o ensino secundário pode esperar ter um retorno de cerca de 207 mil euros, enquanto se acabar um curso superior pode atingir um retorno de 437 mil euros durante a sua vida de trabalho. No caso de ser uma mulher, estes valores são mais baixos, cerca de 139 mil euros se se ficar pelo ensino secundário e até 350 mil euros se tiver um curso superior.

Este relatório da OCDE indica que Itália, Portugal e o Reino Unido constituem os países em que o grau de ensino mais diferença faz nas hipóteses de remuneração, sendo o nosso país aquele que mais cresceu no número de pessoas com o ensino secundário e superior nos últimos anos. **R.S.A.**

# Agenda Digital 2015 avança desde já

**Com vista a melhorar os serviços prestados às pessoas e aos agentes económicos, a apoiar as empresas e os consórcios empresariais para se internacionalizarem e exportarem os produtos desenvolvidos, o Ministério da Economia, da Inovação e do Desenvolvimento (MEID) decidiu avançar com a Agenda Digital 2015.**

SEGUNDO o ministro da tutela, Vieira da Silva, este programa de acção, inserido no âmbito do Plano Tecnológico, aposta em cinco áreas de intervenção prioritárias: redes de nova geração, melhor governação, educação de excelência, saúde de proximidade e mobilidade inteligente.

No que diz respeito à primeira área, a Agenda Digital 2015 prevê a instalação de uma rede de telecomunicações de âmbito nacional, com elevadas capacidades de transmissão e de largura de banda disponível para o utilizador.

No âmbito de uma governação mais eficiente, propõe-se garantir e melhorar o acesso dos cidadãos e das empresas aos serviços públicos, em complemento do elevado patamar de disponibilização on-line já alcançado.

Para promover uma educação de excelência, a agenda lançada pelo MEID vai também criar plataformas para que os diferentes actores da comunidade educativa implementem práticas para a utilização de ferramentas TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação).

Já no capítulo da saúde de proximidade, serão desenvolvidas plataformas inteligentes que optimizem a prestação de cuidados médicos, assegurando, ao mesmo tempo, que

a informação de saúde do cidadão esteja disponível, para o cidadão e para o profissional de saúde.

Por último, a Agenda Digital 2015 inclui também entre os seus objectivos centrais a implementação de soluções tecnológicas de mobilidade e suporte à mobilidade inteligente e à optimização energética, com forte incorporação tecnológica nacional.

Além destas cinco áreas de intervenção prioritária, o programa inclui 26 medidas cuja implementação se inicia, conforme anunciou Vieira da Silva, “desde já”.

Com a sua concretização, Portugal passará a dispor de uma rede de banda larga de nova geração de acesso universal, que permitirá implementar um sistema simplificado de licenciamento comercial e de serviços – Licenciamento Zero – através dum sistema de registo electrónico integrado. Reforçará, por outro lado, os mecanismos de apoio à aprendizagem da matemática através da criação dum Tutor Virtual da Matemática e proporcionará a todos os cidadãos um Registo de Saúde Electrónico e ainda o acesso a um cartão de transportes universal – Passe Total – a usar de forma integrada em todos os sistemas multimodais de transportes colectivos, mas também em novos modelos de mobilidade sustentável. **M.R.**



## METAS DE REFERÊNCIA

### Redes de Nova Geração

Atingir uma cobertura nacional em termos de Redes de Nova Geração fixas até final de 2012 e móveis até final de 2015, colocando-se Portugal na vanguarda do desenvolvimento deste sector, assegurando um impacto transversal positivo em toda a economia.

### Melhor Governação

Manter a posição de referência do nosso país na disponibilização e na sofisticação de serviços públicos on-line, aumentando em 50% o uso desses serviços pelas famílias e duplicando as exportações resultantes da internacionalização das soluções desenvolvidas.

### Educação de Excelência

Consolidar a posição do país como referência na disponibilidade e no uso das RNG-TICE como ferramentas de melhoria dos processos de ensino – aprendizagem.

### Saúde de Proximidade

No final de 2012 estará criado um registo básico da informação de saúde de cada cidadão, acessível por via electrónica, em qualquer local ou momento, pelo cidadão ou pelo profissional de saúde autorizado que lhe presta serviço.

No final de 2015 a informação de saúde estará disponível através de um registo completo e preparado para integração no contexto europeu.

### Mobilidade Inteligente

Colocar Portugal como país de referência no domínio do desenvolvimento da mobilidade sustentável, incluindo a criação de plataformas integradas para a mobilidade eléctrica e o desenvolvimento de sistemas flexíveis que facilitem, quer o uso intermodal dos transportes quer a utilização de outros serviços, como os associados à mobilidade eléctrica, desenvolvendo um *cluster* industrial e de serviços produtor e exportador dessas soluções.

## Portugal Tecnológico 2010 mostra caminho de sucesso

INVESTIR na educação, na inovação e na tecnologia é o caminho certo para o sucesso da nossa economia, defendeu o primeiro-ministro, José Sócrates, ao discursar na abertura do Portugal Tecnológico 2010, em Lisboa.

Segundo José Sócrates, “um país, para ter sucesso, precisa de investir nas áreas certas”.

“Eu continuo a acreditar que o sítio onde devemos lutar para dar sucesso à nossa economia, para que a economia portuguesa esteja em condições de dar boa qualidade de vida aos portugueses, bons vencimentos, boas perspectivas para o futuro, as áreas onde devemos investir é justamente na área da educação, na área da inovação, na área da tecnologia”, apontou.

Antes, tinha reconhecido a inexistência de uma “receita” que garanta o êxito para a economia, lembrando, contudo, que não há nenhum país que tenha tido sucesso económico sem apostar no conhecimento e na modernização tecnológica.

Por isso, acrescentou, a aposta que foi feita



há cinco anos no Plano Tecnológico está agora a dar resultados, com mais empresas e com uma “atmosfera de vontade e de confiança” que mostra que “este é o caminho para a modernização da nossa sociedade”.

“Este Portugal tecnológico resulta de uma concertação estratégica entre uma visão política e uma ideia política e também a acção

das empresas. Uma concertação entre o que é público e o que é privado”, enfatizou o chefe do Executivo, referindo de seguida que a experiência que tem da vida e da política lhe mostra que “este é o caminho para o sucesso”.

Ou seja, concretizou, não há sucesso na economia se não houver uma “concertação de vontades entre o mundo das políticas públicas e as decisões das empresas”.

Antes desta intervenção, José Sócrates visitou todos os stands das empresas presentes no “Portugal Tecnológico 2010”, ouvindo explicações e trocando impressões sobre os produtos e projectos em exposição, nomeadamente dos carros eléctricos, dos quais se manifestou um grande entusiasta.

Refira-se que a FIL acolheu, entre 22 e 26 de Setembro, mais esta edição do Portugal

Tecnológico, certame que apresentou um balanço do Plano Tecnológico Nacional e das transformações operadas pela implementação das suas medidas nos mais variados níveis da vida nacional.

Nesta exposição evidenciaram-se os novos níveis de eficiência alcançados pelo tecido empresarial português por via da modernização dos modelos de articulação entre a administração pública, os cidadãos e as empresas, bem como os significativos impactos regionais e as interações locais nos planos da competitividade empresarial e da interacção com o meio envolvente.

A balança tecnológica portuguesa apresenta actualmente valores positivos, projectando o nosso país na linha da frente da modernidade.

Esta mostra destacou a estrutura de redes de pólos de competitividade e tecnologia e à rede de *clusters*, apresentando também as várias agências e instituições que desenvolvem apoios e suportam o seu desenvolvimento. **M.R.**

# Edite Estrela distinguida no PE na área dos Assuntos Sociais

A camarada Edite Estrela, eurodeputada socialista no Parlamento Europeu (PE), foi distinguida com o prémio da melhor parlamentar do ano na categoria Emprego e Assuntos Sociais, pela revista "The Parliament".

Os prémios "MEP 2010", uma iniciativa que tem o patrocínio do PE, foram entregues no dia 29 de Setembro, em Bruxelas e, no caso de Edite Estrela, o galardão distingue o trabalho por ela desenvolvido na promoção da igualdade de género, na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores e na protecção da maternidade e paternidade.

A eurodeputada socialista foi a única portuguesa a ser distinguida nesta edição dos prémios atribuídos pela revista.

Na cerimónia de atribuição do prémio, que dedicou a todas as mulheres da Europa, Edite Estrela afirmou que continuará a lutar em prol dos direitos das mulheres e da promoção da igualdade de género.

O "Acção Socialista" entrevistou a camarada Edite Estrela e deixa registo das suas palavras sobre o significado deste reconhecimento.



MARY RODRIGUES

**Foi recentemente nomeada para os MEP Awards 2010 na categoria de Emprego & Assuntos Sociais. Sendo a única eurodeputada portuguesa nomeada, como encara esta distinção?**

Trata-se do reconhecimento do trabalho desenvolvido no Parlamento Europeu, designadamente nesta área, o que se reveste

de particular importância pela pouca visibilidade que é dada ao trabalho dos eurodeputados em Portugal.

**Pode falar-nos um pouco sobre os prémios MEP?**

Os Prémios MEP são atribuídos anualmente pela revista "The Parliament", tendo como objectivo reconhecer o trabalho dos eurodeputados que se tenham

distinguido nas respectivas áreas de actuação. As nomeações são submetidas por organizações não-governamentais, associações internacionais, organizações sindicais e por grupos de interesse, cabendo posteriormente aos eurodeputados votarem.

**O que representa, para si, não ter sido nomeada para este prémio mas tê-lo conquistado?**

A nomeação foi uma honra, uma vez que foi atribuída por diversas organizações da sociedade civil que acompanham e se interessam por estas questões na Europa. Mas fico também muito honrada por ter obtido o reconhecimento dos colegas.

**Que efeitos pode ter, ao nível da imagem de Portugal no Parlamento Europeu, uma dis-**

**tinção como esta feita a uma mulher que é também uma socialista?**

Penso que esta distinção poderá contribuir igualmente para valorizar o trabalho dos eurodeputados portugueses.

**A atribuição a Edite Estrela deste prémio traduz de certa forma que o designio da igualdade de género, no qual tem sido uma activista empenhada, está a ganhar mais espaço e visibilidade na esfera comunitária?**

A igualdade de género tem vindo a ganhar maior importância nas políticas da União Europeia. Importa sublinhar que este princípio se encontra consagrado nos tratados e tem sido reforçado. No entanto, há ainda um longo caminho a percorrer. As desigualdades salariais entre homens e mulheres persistem; estas continuam a estar sub-representadas nos vários níveis decisório; a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional é mais difícil para as mulheres... Por isso, é necessário continuar a trabalhar activamente na promoção da igualdade de género, tendo em vista a eliminação de todas as formas de discriminação e dos estereótipos que ainda subsistem na sociedade europeia.

## "Lisboa tem avançado sempre que é liderada pelo PS"

NAS renovadas instalações da escola secundária Passos Manuel, a Concelhia de Lisboa organizou uma Convenção Autárquica onde o tema da Educação constituiu o assunto principal dos debates.

O líder da Concelhia, Rui Paulo Figueiredo começou por lembrar que Lisboa tem sempre avançado quando o PS assume o projecto autárquico, designadamente ao nível da renovação do parque escolar, frisando que com António Costa a actual gestão da edilidade constitui uma referência de progresso de que os socialistas muito se orgulham.

Sublinhando que o PS/Lisboa "deve querer sempre mais", o responsável pela Concelhia referiu que este sentimento é igualmente partilhado por António Costa e pela sua equipa, que "têm uma agenda ambiciosa para os próximos meses".

Foram muitos os participantes e muitos os especialistas que com a sua presença quiseram dar o seu contributo para um debate alargado sobre as políticas de Educação.

Nos diversos painéis sectoriais foram tratados temas como a rede escolar da cidade e os novos desafios educativos do poder local, com intervenções a cargo de João Sintra Nunes, presidente do Parque Escolar, EPE, Jorge Lemos, director da Casa Pia de Belém, Jorge Nascimento, director do agrupamento Padre Bartolomeu Gusmão, e ainda de Pedro



Lara, da Direcção Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

Num outro painel sobre as boas práticas educativas de Lisboa, foram oradores João Gil, do projecto "Sol Maior - Amplifica o teu Futuro", Nuno Delgado, Escola de Judo, Sérgio Nisa, do movimento "Escola Moderna", e Rosália Vargas, presidente do Centro Ciência Viva.

No terceiro e último painel, que abordou a escola inclusiva e solidária, o destaque vai para as intervenções de Alberto Góis, professor do 1º ciclo da escola dos Anjos, Nabila Sultan, mãe de um aluno do 1º ciclo

imigrante paquistanesa, Odete Esparteiro, da associação de pais e educadores de crianças com deficiência auditiva e ainda Wang Yiping, mãe de um aluno do 1º ciclo imigrante chinesa.

Para falar sobre a escola e políticas educativas, a Convenção Autárquica do PS/Lisboa contou ainda com a participação da escritora Alice Vieira, do ex-presidente da Fenprof Paulo Sucena, de António Teodoro, docente universitário, tendo o encontro sido encerrado com as intervenções de Simoneta Luz Afonso, Rui Paulo Figueiredo e do presidente da Câmara Municipal de Lisboa (CML), António Costa, que na sua intervenção garantiu "poderem contar com ele para o cumprimento integral do programa que foi definido", de modo a "levarmos a cabo, com satisfação e entusiasmo, as metas a que nos propusemos para este nosso mandato".

Realçou depois a importância da aproximação entre quem gere a cidade e os vários intervenientes da área da Educação, "como forma de aperfeiçoar as propostas do executivo" e no sentido de adequar de uma forma mais rigorosa "as propostas desta autarquia às necessidades e anseios dos cidadãos".

António Costa abordou depois o Programa Escola Nova, referindo que foi realizada uma vistoria a todas as escolas do 1º ciclo donde se concluiu, disse, que "teríamos que

realizar uma reestruturação profunda da rede escolar".

Por isso, acrescentou, "lançamos mãos à obra", com um programa que se iniciou em 2008 e se estenderá até 2012. Com base neste programa, sublinhou, "já renovámos 20 escolas nas freguesias da Pena, Lumiar, Alvalade, Galinheiras, para além do Jardim-de-Infância do agrupamento da Pedro de Santarém". Até 2012, garantiu, a autarquia concluirá as obras de renovação nas outras escolas das restantes freguesias do concelho.

Para além da renovação e modernização dos estabelecimentos escolares, e do projecto educativo da edilidade, que pretende fazer de Lisboa uma "cidade educadora", Costa abordou ainda o serviço de transportes escolares, a mobilidade dentro da cidade, não deixando de salientar projectos tão importantes como a Escola de Judo de Nuno Delgado, na Ameixoeira e Charneca, e o projecto de guitarra e canto de João Gil, desenvolvido na Ameixoeira e em Marvila.

Finalmente, António Costa teve ainda ocasião de falar sobre o próximo ano político que em sua opinião terá quatro debates essenciais: Reforma Administrativa da cidade, Reforma dos Serviços Municipais o Plano Director Municipal e a amortização de dívidas da CML. **R.S.A.**

# Socialistas de Oeiras determinados em vencer eleições de 2013

REUNIU o Conselho Coordenador Autárquico da Concelhia do PS de Oeiras, que contou com a participação de todos os líderes nas freguesias, bem como os vereadores eleitos pela lista socialista e ainda de dirigentes dos órgãos locais do partido. Marcos Sá, presidente da Concelhia de Oeiras, traçou a estratégia e apelou a todos os autarcas e dirigentes para se entregarem a este projecto de corpo e alma “porque está determinado em levar o PS à vitória nas próximas autárquicas com o apoio de todos os militantes”.

Os autarcas socialistas, na reunião que teve lugar no passado dia 18, fizeram o balanço do primeiro ano de mandato e debateram novas propostas a apresentar em todos os órgãos autárquicos relacionadas com a transparência na actividade autárquica e a eficácia das políticas sociais.

Neste campo, destacam-se as ideias de criar em todos os órgãos autárquicos do concelho de Oeiras um registo de interesses nos sítios electrónicos, onde todos os autarcas deverão revelar a sua actividade profissional e a sua relação com entidades desportivas, recreativas, culturais e humanitárias locais, e a implementação de um diagnóstico social municipal que avalie semestralmente a eficácia dos apoios sociais prestados pela Câmara, tendo em vista acudir ou concentrar esforços financeiros a situações



de emergência detectadas em cada uma das freguesias.

Nesta reunião foi ainda anunciado que será realizada em Março de 2011 uma Convenção Autárquica, que contará com a presença do actual secretário de Estado da Defesa, Marcos Perestrello, candidato pelo PS em 2009 à Câmara Municipal.

Para Pedro Ramos Almeida, membro da direcção concelhia do PS responsável por este órgão coordenador, “a reunião ficou marcada por um forte sentido de responsabilidade, unidade e determinação, em nome da afirmação de uma alternativa política séria e credível para Oeiras”.

## Aumentar a procura de transportes públicos é fundamental

A IDEIA de que é preciso uma política de planeamento que promova a procura dos transportes público em detrimento do individual, em paralelo com um melhor ordenamento do território foi a tônica dominante das intervenções registadas na conferência subordinada ao tema “Mobilidade na Área Metropolitana de Lisboa vs Qualidade de vida dos Cidadãos”, que teve lugar no dia 22, na sede nacional do Largo do Rato.

Promovida pelas Secções socialistas Ambiente e Qualidade de Vida, Refer, CP, Carris, Metropolitano de Lisboa e Desenvolvimento Sustentável, a conferência teve como oradores Carlos Correia, em representação do secretário de Estado dos Transportes, Teresa de Almeida, em representação do secretário de Estado do Ordenamento do Território, e Crisóstomo Teixeira, ex-gestor da CP.

Na conferência foi ainda defendido, entre outros pontos, que um melhor sistema de transportes públicos suportado pelo Orçamento do Estado não é sustentável, sendo



preciso encontrar novas fontes de financiamento, e que o uso do automóvel particular é o principal emissor de gases com efeito estufa e também do congestionamento do trânsito.

Durante o debate foi também

referido um estudo recente, segundo qual os inquiridos apontam como as duas principais razões para não utilizarem os transportes colectivos o facto de demorarem muito tempo e ainda serem pouco confortáveis. J. C. B.

## Fundador do PS FALECEU JOÃO DA COSTA NEVES

MEMBRO destacado da oposição democrática à ditadura do Estado Novo e fundador do PS, faleceu, no passado dia 13 de Setembro, João da Costa Neves, que se encontrava internado no Hospital de Santa Cruz, em Carnaxide. Contava 85 anos.

Natural de Coimbra, João da Costa Neves, licenciado em Direito, era casado com a professora e tradutora Maria Helena Rodrigues de Carvalho desde 1956. Em Lisboa, onde se radicou, abriu um escritório de advocacia

que manteria durante toda a vida, tendo ficado para a história, pelo seu impacto político, os serviços forenses que prestou caso do golpe de Beja, no princípio dos anos 60, e o do jornal “República”. Entre 1971 e 1975 foi co-administrador da Editorial República (que publicava o jornal do mesmo nome), com os seus camaradas Joaquim Catanho de Menezes e Gustavo Soromenho. Não tinha filhos, mas João da Costa Neves deixa uma imensa saudade nos seus muitos sobrinhos e incontáveis amigos que tiveram o privilégio de conhecer este insigne democrata, socialista e republicano.



## MORREU A CAMARADA ELISA CASSOLA RIBEIRO

INSIGNE democrata e republicana convicta, faleceu a D. Elisa, a Senhora do PS, como era conhecida pelos militantes que tiveram o privilégio de privar com esta camarada solidária e referência de comportamento cívico, que teve uma intensa acção política no distrito de Portalegre desde o 25 de Abril.

Nascida em 1921, Elisa Celeste Cassola Ribeiro começou a sua participação na vida política em 1948, quando assistiu a um comício do candidato presidencial da oposição, general Norton de Matos, o que lhe valeu a expulsão de professora de labores e trabalhos manuais no Liceu Mouzinho da Silveira.

Foi fundadora do Partido Socialista no distrito de Portalegre, participou em diversos órgãos do Partido, conduziu “carros de campanha e colou cartazes”, tendo sido em finais dos anos 70 directora interina do jornal “A Rabeca”.

Candidata a deputada pelo círculo eleitoral de Portalegre em 1981, foi mais tarde, de 1983 a 1985, secretária do governador Civil de Portalegre. Integrou também a Comissão Política Nacional do PS e pertenceu ao Sindicato da Função Pública da UGT.

Elisa Cassola Ribeiro foi também membro da Assembleia Municipal de Portalegre e da Assembleia das Mulheres Socialistas.

Pela sua participação democrática na vida dos portalegrenses, a Câmara de Portalegre distinguiu Elisa Cassola Ribeiro, em 2005, com a Medalha de Prata de Mérito Municipal.



# Imperativo defender um SNS com ambição de excelência



**A defesa do nosso Serviço Nacional de Saúde (SNS) constitui um imperativo ideológico e pragmático, dado ser o modelo que melhor serve e protege o valor da vida humana e a sua dignidade em condições de igualdade, justiça e equidade. Esta a ideia basilar do discurso proferido pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no encerramento do fórum “Serviço Nacional de Saúde, Um Direito, Um Dever”, organizado pelo PS.**

MARY RODRIGUES

“OS INDICADORES sobre a esperança de vida e a mortalidade infantil no nosso país evidenciam, sem dúvida, os progressos de Portugal no que diz respeito à saúde pública”, disse Sócrates, perante a vasta assistência que lotou o salão do edifício da Alfândega do Porto.

Na ocasião, o chefe do Governo frisou que “esta não é uma questão de politiquice, mas sim de vital importância”.

uma redução de 5% de fumadores, uma diminuição na prevalência e uma redução no número de cigarros/dia de 22%”.

O responsável disse ainda estar a ser preparada “uma cartilha para aumentar o conhecimento dos portugueses, que visa prevenir e controlar as doenças crónicas”.

A propósito do Plano Nacional de Vacinação, Francisco George lembrou a introdução de novas vacinas como a da Hepatite B e a do cancro do colo do útero.

“No total, temos 13 vacinas para o sexo feminino e 12 para o masculino com uma taxa de cobertura de 97%”, afirmou, salientando, porém, haver “ainda trabalho a fazer no domínio do planeamento familiar”, no âmbito da saúde materno-infantil.

E defendeu igualmente que “não há saúde pública sem Estado social”, destacando o papel do SNS.

“Todos reconhecem que o alto desempenho do SNS contribuiu para o bem-estar dos portugueses”, rematou.

Depois, desfez alguns mitos criados à volta do SNS, refutando que em Portugal a despesa pública com a saúde esteja descontrolada.

Citando um relatório da OCDE, José Sócrates sustentou que os números mais recentes revelarem que o nosso país cresceu metade na despesa pública com o sector da saúde relativamente à média dos países membros desta organização.

Por outro lado, Sócrates contestou a ideia de que os cidadãos estejam insatisfeitos com o Serviço Nacional de Saúde, admitindo ser compreensível que os portugueses manifestem as suas ambições e exigências.

“A verdade é que os inquéritos têm revelado um elevado índice de satisfação”, disse, para de seguida acrescentar que “a ambição reformista caminha no sentido de uma desejável melhoria dos serviços públicos de saúde para os portugueses, não no seu desmantelamento e destruição”.

Depois, ao passar em breve revista algumas das mudanças operadas no sector da saúde, nomeadamente ao nível da criação de uma Rede de Cuidados Continuados, o primeiro-ministro garantiu que as reformas até agora realizadas foram feitas “com pragmatismo e não com ideologia”.

## SNS CONTRIBUI PARA BEM-ESTAR DOS PORTUGUESES

JÁ EM 2011 “todos os portugueses com 16 anos de idade terão todos os dentes tratados ou protegidos”. A garantia foi dada pelo director-geral da Saúde, Francisco George, no Porto.

Ao intervir no âmbito do Fórum Saúde, onde fez um balanço de programas de serviços como o Plano Nacional de Vacinação, o Plano de Saúde Materno – Infantil e o de Saúde Oral, Francisco George adiantou que “o orçamento de 30 milhões de euros adjudicado este ano ao programa de Saúde Oral terá uma taxa de execução superior a 90%”.

O mesmo responsável considerou também que a Lei do Tabaco “mostrou-se uma boa lei”, avançando que, em breve, será apresentada na Assembleia da República “uma avaliação do seu impacto”.

Segundo referiu, é já possível concluir que “houve

çadas pelo PSD.

“Estas propostas são inaceitáveis.

Os abaixo assinados, oriundos de diversas tendências e famílias políticas, têm dedicado boa parte da sua vida a servir os portugueses no SNS, prestando cuidados, organizando-os e aperfeiçoando o modelo. Defendem a continuação do SNS na sua matriz universal e o seu aperfeiçoamento constante. O actual contexto político e social exige posições claras. No nosso entender o Serviço Nacional de Saúde é um direito de todos e um dever do Estado moderno e democrático”, escrevem.

## MANIFESTO

O MANIFESTO assinado por 22 figuras notáveis e especialistas do sector da saúde pública afirma-se em defesa do SNS e contra “recentes intenções de revisão constitucional” avançadas pelo PSD que “propõe o abandono dos princípios da universalidade” e “abandono da tendencial gratuitidade” do sistema.

Ao longo de duas páginas, os autores do documento argumentam a favor da importância do Sistema Nacional de Saúde e consideram “inaceitáveis” as propostas de alteração à Lei Fundamental avan-



Todavia, salientou que esta é também uma questão política.

Aproveitando o ensejo para desmontar a proposta de revisão constitucional do PSD, o secretário-geral do PS começou por afirmar que esta, “mais do que uma simples modificação, é um programa de Governo”.

“Está implícito em tudo o que foi dito, e que também foi assumido, que esta modificação constitucional mais do que uma simples modificação é um programa de Governo”, considerou José Sócrates, para quem o líder do PSD, Pedro Passos Coelho, ao afirmar que o seu programa de Governo não pode ser aplicado com esta Constituição ao mudá-la “está verdadeiramente a dar nota daquilo que pretende fazer no Governo”.

Defendendo que os cidadãos não tenham que pagar de imediato os serviços prestados no SNS, Sócrates disse que “o acesso à saúde deve ser pago pelos impostos e de acordo com as possibilidades” de cada um. Mais, a proposta laranja que está em discussão põe em causa a “igualdade de oportunidades”.

Sócrates considerou igualmente “uma ideia infantil” pensar-se que “um partido vai para o Governo e altera o SNS e que, quatro anos depois, vai outro partido e repõe o SNS”.

“Toda a gente sabe o que custa construir depois de alguém alterar”, frisou, acrescentando que a proposta do PSD “muda tudo” no SNS, transformando-o “num sistema assistencial” em vez de universal.

“Quando for apenas para os mais

desfavorecidos, o SNS não servirá a ninguém, porque será tão desqualificado que perderá prestígio e capacidade de atracção”, explicou, sustentando, convictamente, que o Sistema Nacional de Saúde deve ter uma ambição de excelência.

Segundo Sócrates, esta “questão política” não surge apenas porque o principal partido de oposição apresentou uma proposta de revisão da Constituição.

“Sinto que por toda a Europa e por todo o mundo há neste momento uma tentativa de desforra política contra o Estado por parte de forças que sempre tiveram um preconceito contra tudo o que era estatal e público”, salientou, criticando ainda as alterações contidas no projecto de revisão constitucional do PSD relativas ao despedimento por justa causa.

“Não há razão nenhuma para alterar um princípio constitucional, o da proibição da justa causa, porque isso nada tem a ver com flexibilidade, tem apenas a ver com poder e um poder discriminatório que nós não queremos que exista na nossa sociedade”, disse.

Afirmando-se “adepto da flexibilidade”, José Sócrates referiu, contudo, que a alteração que o PSD quer fazer em relação a esta matéria “tem apenas a ver com poder e um poder discrimi-

minatório que nós não queremos que exista na nossa sociedade”.

## Reformar sem destruir

Por sua vez, a ministra da Saúde, Ana Jorge, criticou “os adversários que não ousam dizer que querem acabar com o SNS”.

“Os adversários do SNS não ousam dizer que querem acabar com ele, têm uma forma mais sofisticada de o colocar em causa, que é dizer que querem o SNS mas que este não pode ser gratuito”, afirmou, lembrando

mos”, clarificou.

Para a titular da pasta da Saúde, é “incompatível” ter um serviço público reduzido aos mínimos numa sociedade “progressista e moderna”.

“Não podemos pactuar com qualquer visão que pretende criar dois níveis de cuidados de saúde, os quais se aplicam consoante a condição económica social de quem os utiliza”, frisou.

Também o eurodeputado e ex-ministro da Saúde Correia de Campos criticou a proposta de revisão constitucional do PSD sobre esta matéria, considerando que ela é “uma proposta de extinção a prazo do SNS”.

Correia de Campos serviu-se do livro “Mudar”, do líder do PSD, para afirmar que Pedro Passos Coelho “em oito páginas consegue desferir o mais vivo ataque que um documento político tinha dirigido ao SNS”.

“Nada melhor que o contexto do pensamento global do autor para entender a sua proposta de revisão constitucional”, sublinhou, acrescentando que se trata de “uma proposta de extinção a prazo do SNS”.

No seu entender, Passos Coelho quer “deixar morrer” o SNS e assenta este seu objectivo na ideia de que “a gestão privada seria sempre melhor que a pública”.

“Assim se compreendem as pressões

dos apoios a estas ideias, já expressas por agrupamentos do sector privado, alguns até instalados na proximidade de Pedro Passos Coelho”, assinalou, alertando que “quem pensa e procede desta forma não está do lado do SNS, está contra ele”.

O eurodeputado referiu ainda que Passos Coelho “adoptou uma deriva ideológica radical que o afasta dos portugueses e até mesmo da história e tradição dos social-democratas portugueses”.

“O que propõe não é a modernização, mas a destruição dos princípios que geraram o SNS”, declarou, considerando que as ideias subjacentes às propostas apresentadas pelo líder do PSD para o sector mais do que ideias são preconceitos contra o público”.

Alertando para a desigualdade que geraria um acesso aos cuidados de saúde condicionado à possibilidade ou não de pagar por eles, Correia de Campos concluiu lembrando que “é o sistema fiscal o locus da redistribuição de riqueza e recursos, não o da saúde”.

Refira-se que o Fórum Saúde organizado pelo PS surge depois do lançamento, em Setembro, de um manifesto em defesa do Serviço Nacional de Saúde e contou com a presença dos 22 signatários, bem como de oradores convidados (ver caixas).

De destacar ainda a presença de António Arnaut, considerado o “pai” do SNS, que foi aplaudido pelos presentes, e de Albino Aroso, o “pai” do planeamento familiar.

“Sinto que por toda a Europa e por todo o mundo há neste momento uma tentativa de desforra política contra o Estado por parte de forças que sempre tiveram um preconceito contra tudo o que era estatal e público”

## Dixit



**EDUARDO BARROSO**  
CIRURGIÃO

“Precisamos de lutar por um novo modelo de gestão clínica, tendo em vista a diferenciação e a criação de padrões de qualidade”

“Temos de evitar alterações na legislação que firam o SNS”

“Propostas colocam-nos num maior perigo de submissão ao corporativismo”



**MÁRIO JORGE NEVES**  
MÉDICO E DIRIGENTE SINDICAL

“A actual direcção do PSD pretende destruir o SNS a pretexto de uma revisão constitucional”

“O PSD quer transformar em negócio o direito aos cuidados de saúde”

“A proposta apresentada por Pedro Passos Coelho é a negação absoluta do princípio da solidariedade”



**JACINTO OLIVEIRA**  
VICE-PRESIDENTE DA ORDEM DOS ENFERMEIROS

“O SNS é a maior conquista de Abril. Mas é preciso reformá-lo e modernizá-lo, sem, contudo, alterar a sua matriz fundamental”

“Urge criar coerência entre os diferentes serviços existentes para avançar na diminuição de desperdícios”

“Faz falta integrar os cidadão nas decisões que dizem respeito ao SNS”



**CONSTANTINO SAKELLARIDES**  
DIRECTOR DA ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA DA UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

“Torna-se imperativo reconfigurar, à volta do nosso SNS, um novo contrato social de saúde que conjugue a solidez institucional do passado com as exigências da actualidade”

“É cada vez mais necessário ouvir as pessoas, os utentes”

“Os cidadãos europeu receiam ter de pagar cada vez mais por cada vez menos”



**PAULO LEMOS**  
PRESIDENTE DA DIRECÇÃO DA ASSOCIAÇÃO NAC. DE CIRURGIA AMBULATÓRIA

“O alargamento da prática da cirurgia ambulatória ajuda à sustentabilidade do SNS, à redução das listas de espera e, atendendo a uma racionalidade económica, a esbater as diferenças entre Portugal e outros países do Norte da América e da Europa”



**ORLANDO MONTEIRO DA SILVA**  
BASTONÁRIO DA ORDEM DOS MÉDICOS DENTISTAS

“Neste momento, a sociedade portuguesa precisa que se defenda essa âncora firme que tem sido o SNS”

“A defesa do Sistema Nacional de Saúde deve ser um desafio encarado com pragmatismo, atendendo à transversalidade dos problemas e a uma correcta responsabilização, visando a sua sustentabilidade”



**MANUEL LEMOS**  
PRESIDENTE DA UNIÃO DAS MISERICÓRDIAS PORTUGUEASAS

“O SNS não tem de ser totalmente público. Todos os sectores, o público, o social e o privado, podem e devem, concertadamente, participar no desígnio de o otimizar e manter”.



**JORGE ALMEIDA SIMÕES**  
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE DE AVEIRO

“A saúde deve de estar presente em todas as políticas públicas, numa lógica de transversalidade. É necessário redesenhar a oferta dos serviços. Reforçar a presença e o uso das TIC no sector. Olhar de maneira diferente para as profissões da saúde. Ter boas contas através de um reforço das competências das DRS”



**ADALBERTO CAMPOS FERNANDES**  
MÉDICO

“A viabilidade financeira e económica do SNS exige a resolução de problemas estruturais que o vêm minando há largos anos”

“É preciso enfrentar com firmeza o problema do desperdício e tornar a despesa mais eficiente”.

## OPINIÃO



**MARIA MANUELA  
AUGUSTO**  
Presidente DNMS

*Hoje, concorde-se ou não com a imposição estatutária das quotas, olhamos à nossa volta e já nada "é como dantes"...*

## ELEIÇÕES NAS MULHERES SOCIALISTAS...PORQUÊ?

EM OUTUBRO, camaradas, vamos votar novamente para eleger quem vai presidir às Federações e quem serão as delegadas e os delegados aos respectivos congressos. Mas as mulheres socialistas vão também poder votar, em todo o país, para eleger os órgãos dos departamentos federativos das mulheres socialistas. De facto, nos dias 8 ou 9 de Outubro, realizam-se as eleições para a presidente e para o respectivo conselho político de cada um dos dezanove Departamentos Federativos das Mulheres Socialistas.

Tantos quantas as federações do nosso partido, por isso se podem realizar em simultâneo com estas eleições, com todas as vantagens logísticas e de economia de custos que daí resultam.

Esta é uma prática a que já nos habituámos, mas também não ignoramos as dúvidas e descrenças, nem os comentários mais ou menos jocosos, que aqui ou ali se fazem em viva voz ou em surdina, sobre "isso dos departamentos das mulheres"...

No nosso partido sabemos respeitar as diferentes opiniões e enriquecemo-nos com elas. Essa é uma das nossas consistentes marcas. Mas muitas e muitos de nós compreenderam, há já muitos anos, que as mulheres não poderiam andar arredadas da decisão política. Elas estavam em todo lado, envolviam-se nas causas que eram nossas, mas na hora das escolhas os seus nomes nunca apareciam nas listas.

Diziam-nos que chegaria o tempo delas, haviam "de chegar lá pelo seu mérito". Eleição após eleição, contavam-se pelos dedos das mãos as dirigentes partidárias e aquelas que integravam os diferentes órgãos de soberania democraticamente eleitos. Seria por falta de mérito? Sabemos muito bem que não!

Hoje, concorde-se ou não com a imposição estatutária das quotas, olhamos à nossa volta e já nada "é como dantes"... alguém quer voltar atrás, camaradas?

Não creio, mas sabemos como somos impostas e "marteladas" nas listas e que ainda não estamos onde as quotas "não se aplicam...onde os estatutos não obrigam"...porque o conceito de paridade ainda não está interiorizado em todas e em todos nós... porque ainda há muito caminho para andar...

Mas, o que move as mulheres socialistas e as motiva para se organizarem e trabalharem juntas, nos diferentes órgãos dos departamentos, não se esgota na luta pela maior participação nas diferentes áreas e patamares da intervenção política.

As mulheres socialistas têm as mais variadas competências e saberes, desempenham as mais diversas profissões e funções e lutam lado a lado com os homens socialistas pelas causas que são de todos.

Contudo, sabemos que há ainda muito que caminhar até que homens e mulheres usufruam da plena cidadania, da plena igualdade de oportunidades, como parceiros iguais em direitos e deveres.

Basta que olhemos para o que se passa à nossa volta – quantas mulheres usufruem do mesmo tempo que os homens para se dedicarem à política, ao associativismo, à cultura, a qualquer outra actividade pública "fora de horas", ou mesmo ao lazer, ao descanso?

Quantas horas semanais trabalham a mais, em casa, ou nos cuidados com familiares?

Não são elas as primeiras a serem despedidas nas horas de crise? Não são elas as que trabalham igual, por salário desigual, mais baixo, sem prémios de produtividade, porque saem mais cedo do trabalho para irem buscar os filhos à escola, para os levarem ao médico, para passarem no supermercado antes de voltarem estafadas para casa?

Não são elas as assassinadas pelos companheiros, não é sobre elas que recaem os 87% dos crimes de violência de género?

Esta é e continua a ser a realidade da vida de uma grande parte das mulheres deste e de tantos outros países...é só olhar à nossa volta...é só olharmos para além da nossa realidade, porque às vezes está mesmo ao lado da nossa porta, ou do nosso bairro...

Aqui, as mulheres não são lapidadas, condenadas à morte por apedrejamento como a senhora Sakineh Ashtiani, ou tantas outras mulheres iranianas ou afegãs, mas isso não nos dá o direito de olharmos para o lado, como se nada tivéssemos a ver com isso.

Ou com o que se passa com tantas mulheres que na África subsariana vivem com menos de um dólar por dia, ou morrem de parto, ou vêem os seus filhos morrerem antes dos cinco anos de idade, com fome ou com doenças que o mundo rico sabe como curar... ou com aquelas que em pleno século XXI ainda não podem votar.

Cá dentro, como lá fora, temos que manter a chama acesa, temos que continuar a caminhada, temos muito pelo que lutar. Homens e mulheres, é certo, a luta é de todas e de todos. Mas a história não se cansa de nos provar – elas foram insultadas, agredidas, ostracizadas nas suas lutas de séculos. Mas só organizadas e unidas conseguiram vencer!

## LISTA DE CANDIDATOS ÀS FEDERAÇÕES

Algarve  
• Miguel Freitas

Aveiro  
• Pedro Nuno Santos  
• Adriano Serafim Resende Martins  
• Fernando Mendonça

Baixo Alentejo  
• Luis Pita Ameixa

Braga  
• Joaquim Barreto

Bragança  
• Mota Andrade

Castelo Branco  
• Joaquim Morão

Coimbra  
• Victor Baptista  
• Mário Ruivo

Évora  
• Capoulas Santos

FRO  
• Rui Prudêncio

Guarda  
• José Albano

Leiria  
• João Paulo Pedrosa

Lisboa – Faul  
• Joaquim Raposo  
• Marcos Perestrello  
• António Brotas

Portalegre  
• Jorge Martins

Porto  
• Renato Sampaio  
• José Luis Carneiro

Santarém  
• Paulo Fonseca

Setúbal  
• Vítor Ramalho  
• Luis Filipe Pimenta Ferreira  
• Paulo Alexandre da Cruz Lopes

Viana do Castelo  
• José Manuel Vaz Carpinteira

Vila Real  
• Rui Santos

Viseu  
• João Azevedo

## LISTA DE CANDIDATAS AOS DFMS

Aveiro  
Rosa Albernaz

Beja  
Romana Romão

Braga  
Palmira Maciel

Bragança  
Paula Xavier

Castelo Branco  
Hortense Martins

Coimbra  
• Adelaide Soares  
• M<sup>a</sup> Lurdes Castanheira

Évora  
Cristina Barrenho

Faro  
Aldemira Pinho

FRO  
Cláudia Ferreira

Guarda  
Olga Marques

Leiria  
Odete João

Lisboa  
• Jesuina Ribeiro  
• Teresa Damásio

Portalegre  
Sandra Cardoso

Porto  
Maria Lurdes Ruivo

Santarem  
Anabela Freitas

Setubal  
Catarina Marcelino

Viana do Castelo  
Anabela Rodrigues

Vila Real  
Brigite Bazenga

Viseu  
Fátima Ferreira

Presidenciais 2011

# Alegre promete vetar qualquer tentativa para acabar com serviços públicos

**Caso seja eleito, o candidato do PS à Presidência da República, Manuel Alegre, assegurou que exercerá, “sem hesitações” o direito de veto a qualquer tentativa de acabar com os serviços públicos de Saúde, Educação e Segurança Social, salientando que o actual Presidente, “quer pelas suas convicções quer pela sua prática não pode dar semelhante garantia”. Alegre lembrou ainda que em democracia “não há coroações nem vencedores antecipados”, afirmando ter a “firme convicção” de que “pela primeira vez é possível derrotar um candidato que se reapresenta” na corrida a Belém.**

J. C. CASTELO BRANCO

NO COMÍCIO de “rentrée” da sua candidatura à Presidência, realizado no dia 11, num auditório completamente cheio do Centro Cultural de Belém, Alegre centrou a maior parte do seu discurso na demonstração da clara e inequívoca diferença de ideias e de estilo que o separa do actual inquilino de Belém, que, frisou, “não está isento de responsabilidades” relativamente à crise.

“Primeiro-ministro durante 10 anos foi no seu consulado que se verificou o maior aumento da despesa pública. E ao fim de quase cinco anos como Presidente da República, veio dizer-nos que o país está numa situação insustentável”, acusou.

Por isso, defendeu, em Belém, “é preciso mudar, é preciso uma outra visão do país, uma visão mais cultural e política e menos tecnocrática, uma visão mais aberta e menos conservadora e também uma outra concepção da função presidencial e do exercício dos poderes que lhe são inerentes”.

Sublinhando que “a política é um exercício ético”, Alegre disse que “os portugueses esperam que o Presidente fale com clareza nos momentos difíceis, que não se esconda por detrás de formalismos, ambiguidades e silêncios geradores de equívocos”, porque, frisou, “a clareza e a frontalidade são um factor de estabilidade para a democracia”.

Nesse sentido, o candidato à Presidência apoiado pelo PS foi preemptório: “Se tiver algum desacordo ou reserva em relação a uma lei, falarei antes, não depois, e, se promulgar, não virei a seguir desvalorizar a lei que foi promulgada. E se tiver que vetar, vetarei, sem me esconder atrás de falsos pretextos e álibis”.

Na sua intervenção, frequentemente interrompida por aplausos entusiásticos, Manuel Alegre afirmou que “todos sabemos que o excesso de endividamento afecta a

soberania e a autonomia de decisão de um país” e ainda que “é preciso acertar as contas públicas e que essa é uma condição de preservação do Estado Social”. Mas, acrescentou, “também todos sabemos que o principal défice português continua a ser um défice social, um défice de emprego, um défice de justiça e um défice de solidariedade”.

O candidato a Belém acusou ainda “a direita europeia e a direita nacional” de pretenderem “aproveitar a crise para pôr em causa direitos sociais pelos quais se sacrificaram e lutaram gerações e gerações de cidadãos” e “rasgar o pacto traduzido numa democracia baseada na solidariedade e em serviços públicos indispensáveis”. E questionou, a propósito, “como é possível que num país como o nosso se apresente um projecto de revisão constitucional contra os serviços públicos e os direitos sociais”.

Manuel Alegre marcou ainda a diferença em relação a Cavaco no que respeita às relações laborais, lembrando que o actual Presidente se referiu, recentemente, à presente crise “como uma oportunidade para ajustamentos no factor trabalho”. E ironizou: “Curiosa expressão”. Neste contexto, fez questão de “deixar claro” que utilizará “todos os poderes de que dispõe um Presidente da República para impedir a liberalização dos despedimentos através da eliminação do conceito de justa causa”. E sublinhou que “a Constituição não é neutra e defende o elo mais fraco da relação laboral – o trabalho”.

O candidato deixou o compromisso de que estará sempre “do lado do elo mais fraco, do lado dos mais frágeis, do lado dos que precisam, do lado de todos aqueles que são a razão de ser da nossa vida e do nosso combate”.

Antes de Alegre, discursou a sua mandatária nacional, a deputada socialista Maria de Belém, para quem “o poeta da liberdade e da libertação” é “um político estruturado, capaz de interpretar o papel



“Como é possível que num país como o nosso se apresente um projecto de revisão constitucional contra os serviços públicos e os direitos sociais?”

“É preciso uma outra visão do país, uma visão mais cultural e política e menos tecnocrática. Uma visão mais aberta e menos conservadora. E também uma outra concepção da função presidencial e do exercício dos poderes que lhe são inerentes”

de Portugal no mundo” e que assegurará em Belém o respeito pela “separação de poderes” e “a defesa dos direitos sociais”.

## Principal adversário é a abstenção

Maria de Belém defendeu ainda que “nenhum candidato é neutro” e que face aos “interesses, cupidez, ostentação, hiper-individualismo e supremacia do interesse privado sobre o público”, o actual contexto de crise mundial exige, tal como garante Alegre, que “à tecnocracia e ao pragmatismo se responda com política ao serviço do interesse

colectivo, no quadro da construção de uma sociedade mais livre e justa”.

Já António Carlos Santos, mandatário financeiro nacional, afirmou que o actual Presidente da República “representa os interesses da alta finança e do capital especulativo” e tem o apoio das “camadas mais conservadoras e retrógradas da sociedade portuguesa”, enquanto Manuel Alegre “é a garantia da defesa dos valores progressista inscritos na Constituição”, bem como “um espírito independente, um homem de cultura, um humanista que sabe, sem renegar convicções, criar compromissos”.

E concluiu que para “vencer o candidato dos interesses, o candidato melhor colocado é Alegre, que tem como principal adversário a abstenção”.

Por sua vez, o mandatário da juventude da campanha, Jacinto Lucas Pires, subiu à tribuna para de improviso afirmar que a candidatura de Alegre “é a única que transporta a ideia de transformação, de mudança para uma sociedade melhor e de que o sonho pode mudar”, acrescentando que o antigo vice-presidente da Assembleia da República “dá a garantia de não ficar preso no silêncio, porque sabe que a palavra pode mudar o mundo”.

Outro dos oradores no Centro Cultural de Belém foi o mandatário distrital, Daniel Sampaio, que manifestou a sua convicção de que a partir de Março de 2011 “tudo vai ser diferente”, porque, frisou, “não teremos um Presidente que promulga leis com as quais não concorda, com uma ideia de cooperação estratégica que resvalou para a crítica velada ao Governo”, mas sim “um Presidente como Alegre que não assistirá em silêncio aos problemas da justiça, que defenderá o Serviço Nacional de Saúde e a escola pública e lutará pela qualificação cultural dos nossos cidadãos”.

E sublinhou que “o único adversário” na corrida a Belém é o professor Cavaco Silva, e, por isso, defendeu, “necessitamos demonstrar que a sua reeleição não é a melhor solução neste tempo de crise”.

# Novas medidas de controlo do défice orçamental

FOI o próprio primeiro-ministro a anunciar o conjunto de iniciativas destinadas a reduzir o défice do Orçamento de Estado para 2011, numa comunicação após a reunião do Conselho de Ministros extraordinário de 29 de Setembro.

Entre as medidas anunciadas para redução da despesa destaque para a redução das remunerações dos titulares de órgãos de soberania e da Administração Pública, incluindo institutos públicos, entidades reguladoras e empresas públicas.

Para reforçar a execução orçamental de 2010, haverá antecipação de algumas iniciativas, tal como frisou José Sócrates, que estava ladeado pelos ministros de Estado e das Finanças, Teixeira dos Santos, e do ministro da presidência, Pedro Silva Pereira, tendo em vista a redução da despesa pública em todos os capítulos, no valor total de 3420 milhões de euros, representando 2% do PIB, de modo a atingir no próximo ano um défice de 4,6%, "idêntico ao da Alemanha".

Do lado da receita foram também encontradas soluções de forma a encaixar mais de 1,7 mil milhões de euros, valor que representará 1% do PIB.

De acordo com José Sócrates, o Governo não podia deixar assim de proceder porque estava em causa a "defesa da credibilidade internacional do país, e o financiamento da economia e das famílias", mas também "o Estado Social e o nosso modelo de sociedade".

Portugal, defendeu ainda, "não



pode falhar no cumprimento dos compromissos internacionais", e, a exemplo do que os restantes países europeus têm feito, sublinhou, "é dever do Governo dar sinais claros de que atingiremos os nossos objectivos de redução do défice orçamental".

## Medidas aprovadas

Assim, e com o objectivo de cumprir o compromisso assumido, em relação às metas para as finanças públicas, que passam por baixar o défice orçamental em 2010 e 2011, respectivamente, de 7,3% para 4,6% do PIB, o Governo aprovou um "esforço adicional" no sentido de assegurar o equilíbrio das contas públicas, factor essencial para a "defesa da credibilidade internacional de Portugal", garantindo-se deste modo, o "regular financiamento da economia portuguesa

bem como a sustentabilidade das políticas sociais", conforme referido pelo primeiro-ministro.

Refira-se que já em 2011 haverá uma redução das remunerações dos titulares dos órgãos de soberania e da Administração Pública, incluindo institutos públicos, entidades reguladoras e empresas públicas, sublinhando o Governo que esta redução "serão progressivas e abrangerão apenas as remunerações totais acima de 1500 euros por mês", incidindo esta iniciativa sobre o total de salários e de todas as remunerações acessórias dos trabalhadores, "independentemente da natureza do seu vínculo".

Outras iniciativas aprovadas passam pelo congelamento das pensões, das promoções e progressões na Função Pública, pelo cancelamento de novas admissões e pela redução do número de contratados.

Dentro do pacote de austeridade foram também aprovadas medidas com o objectivo de reduzir as ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções, eliminando-se ainda a acumulação de vencimentos públicos com pensões do sistema público de aposentação.

O Governo decidiu ainda reduzir os gastos com o Serviço Nacional de Saúde, nomeadamente com medicamentos e meios complementares de diagnóstico, bem como baixar os encargos com a ADSE.

Paralelamente, as despesas com o Rendimento Social de Inserção serão diminuídas em 20%, será eliminado o aumento extraordinário de 25% do abono de família nos 1º e 2º escalões e suprimidos os 4º e 5º escalões desta prestação.

Verificar-se-á também a redução das transferências do Estado para a Administração Autárquica e Regiões Autónomas, serviços e fundos autónomos, Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central (PIDDAC), e por reduções nas indemnizações compensatórias e subsídios às empresas, para além da redução em 20% das despesas com a frota automóvel do Estado, pela extinção/fusão de organismos da Administração Pública directa e indirecta, pela reorganização e racionalização do sector empresarial do Estado, e ainda, pela redução do número de entidades e número de cargos dirigentes.

No que respeita ao reforço de receita para 2011, o Executivo

aprovou, entre outras iniciativas, uma revisão das deduções à colecta do IRS, já previsto no PEC – Programa de Estabilidade e Crescimento, revisão dos benefícios fiscais para pessoas colectivas, convergência da tributação dos rendimentos da categoria H com regime de tributação da categoria A, igualmente previsto no PEC, aumento da taxa do IVA em dois pontos percentuais, imposição de uma contribuição ao sistema financeiro em linha com a iniciativa em curso no seio da União Europeia, aumento de 1% da contribuição dos trabalhadores para a Caixa Geral de Aposentações, alinhando com a taxa de contribuição para a Segurança Social, aplicação do Código contributivo, entre outras.

Para fazer face à despesa extraordinária relativa à aquisição dos submarinos (contrato celebrado em 2004) e a execução abaixo do previsto da receita não fiscal serão compensadas pela receita extraordinária decorrente da transferência de planos de pensões da Portugal Telecom para o Estado.

Por outro lado, de forma a salvaguardar os riscos da execução orçamental até ao final do ano, antecipam-se, já para 2010, um conjunto de medidas, prevista para entrarem em vigor para o próximo ano, como a eliminação do aumento extraordinário de 25% do abono de família nos dois primeiros escalões, e a eliminação do 4º e 5º escalões, redução das ajudas de custo, horas extraordinárias e acumulação de funções, entre outras. **R.S.A.**

## Comissão Política

# PS e Governo demonstram um forte espírito de união

AS MEDIDAS de redução do défice tomadas pelo Governo foram debatidas na Comissão Nacional do PS alargada à bancada parlamentar que se reuniu no mesmo dia em que estas foram anunciadas.

Em declarações aos jornalistas, o porta-voz do PS, Fernando Medina, assinalou o "forte espírito de união" verificado na reunião, acentuando que as medidas aprovadas pelo Governo são consideradas "essenciais para fazer face aos desafios com que estamos



colectivamente confrontados".

Segundo o porta-voz do PS e secretário de Estado Adjunto da Indústria e do Desenvolvimento, a reunião foi marcada por um forte sentido de comunhão em torno do pacote de austeridade, sublinhando que "ficou a certeza de que o Executivo tudo está a fazer para cumprir com as suas responsabilidades".

Medidas que demonstram a seriedade do Governo para combater o défice orçamental

que se adivinha sério e exigente.

Como o PS não dispõe de maioria absoluta, recordou, "está na altura dos restantes partidos com representação parlamentar assumirem também as suas responsabilidades".

O porta-voz do PS acrescentou por fim que as medidas anunciadas "são essenciais" para assegurar que os juros não subam e que as empresas tenham o necessário financiamento para poderem investir e criar emprego. **R.S.A.**

**Acção Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA  
Propriedade do Partido Socialista

[www.accaosocialista.net](http://www.accaosocialista.net)

■ **Director** Jorge Seguro Sanches ■ **Director-adjunto** Silvino Gomes da Silva ■ **Redacção** J.C. Castelo Branco [cbranco@ps.pt](mailto:cbranco@ps.pt), Mary Rodrigues [mary@ps.pt](mailto:mary@ps.pt), Rui Solano de Almeida [rsolano@ps.pt](mailto:rsolano@ps.pt) ■ **Secretariado** Virgínia Damas [virginia@ps.pt](mailto:virginia@ps.pt) ■ **Layout e paginação** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista ■ **Edição Internet** Gabinete de Comunicação do Partido Socialista e José Raimundo ■ **Redacção, Administração e Expedição** Partido Socialista, Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382 20 00, Fax 21 382 20 33 ■ **Depósito legal** N° 21339/88 ■ **ISSN** 0871-102X ■ **Impressão** Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa